

Fátima Elisabeth Denari
Organizadora

SEXUALIDADE, GÊNERO E DEFICIÊNCIA

considerações sobre educação especial,
desenvolvimento e autonomia



Pedro & João
editores

Sexualidade, gênero e deficiência:
considerações sobre educação especial,
desenvolvimento e autonomia

Produção bibliográfica dos discentes a partir da oferta de disciplina intitulada “Estigma e identidade social da pessoa com deficiência”, ministrada no segundo semestre de 2024 pela prof^a Dra. Fátima Elisabeth Denari.



PPGEES

Programa de Pós-Graduação
em Educação Especial - UFSCar

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro. Programa CAPES/PROEX N° do Processo: 88881.974135/2024-01, N° do Auxílio: 1511/2024
Ao Programa de Pós-Graduação em Educação Especial (PPGEES), por oferecer condições para a realização deste trabalho.

Fátima Elisabeth Denari
(Organizadora)

Sexualidade, gênero e deficiência:
considerações sobre educação especial,
desenvolvimento e autonomia

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Fátima Elisabeth Denari [Org.]

Sexualidade, gênero e deficiência: considerações sobre educação especial, desenvolvimento e autonomia. São Carlos: Pedro & João Editores, 2025. 123p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-265-2263-9 [Digital]

1. Sexualidade. 2. Gênero. 3. Deficiência. 4. Educação Especial. I. Título.

CDD – 370

Capa: Marcos Della Porta

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB – 8-8828

Diagramação: Nicole Cavalcante Duque Gredilha Coelho

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Editorial da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patrícia da Silva (UERJ/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2025

Sumário

Prefácio.....	7
<i>Piedade Resende da Costa</i>	
Apresentação.....	9
<i>Marlon J. Gavlik Mendes</i>	
A importante contribuição de Fátima Denari para os estudos da sexualidade da Pessoa com Deficiência	13
<i>Paulo Osni Silverio</i>	
<i>Adriana Pereira Barbosa</i>	
<i>Celsineide Mendes de Moura</i>	
<i>Fátima Elisabeth Denari (in memoriam)</i>	
Sexualidade e Deficiência: invisibilidades, educação e transgressões	35
<i>Marília Carollyne Soares de Amorim</i>	
<i>Ana Beatriz Zanin</i>	
Estudos sobre Deficiência e Sexualidade no CBEE: uma análise bibliométrica	57
<i>Cláudia Tammy da Cruz Abreu</i>	
<i>Jeanny Monteiro Urquiza</i>	
<i>Patrick Langrenney Simitan</i>	
As produções audiovisuais para crianças surdas sobre abuso infantil: uma análise de alguns vídeos acessíveis disponíveis no Youtube	79
<i>Cesar Augusto Girke</i>	
<i>Ester Chaves Pessoa</i>	
<i>Francyllayans Karla Da Silva Fernandes</i>	
Diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista em Mulheres...	103
<i>Aline de Fátima Rosa Magalhães</i>	
<i>Aline Sordi</i>	
<i>Felipe Monteiro</i>	

Prefácio

A presente obra conduz o leitor a um universo sobre os estudos da sexualidade da pessoa com deficiência. Resulta de um processo de formação acadêmica construída a partir do centro de interesse da Professora Dra. Fátima Denari e seus discentes sobre um tema muitas vezes sem oportunidade de ser tratado nos estudos da educação especial.

A construção é pautada por temas sensíveis aos discentes da Professora Fátima que mostram as óticas pelas quais esta obra se constituiu.

Os capítulos, exceto o primeiro, mostram aos leitores quais os interesses dos discentes sob a orientação da Professora Fátima, quais sejam: A importante contribuição de Fátima Denari para os estudos da sexualidade da pessoa com deficiência; Sexualidade e deficiência: invisibilidades, educação e transgressões; Estudos sobre deficiência e sexualidade no CBEE: uma análise bibliométrica; As produções audiovisuais para crianças surdas sobre abuso infantil: uma análise de alguns vídeos acessíveis disponíveis no youtube; e, Diagnóstico do transtorno do espectro autista em mulheres.

No primeiro capítulo os discentes discorreram sobre a vida acadêmica da Professora Fátima e sua produção sobre sexualidade e deficiência. Mostram parte da produção bibliográfica, seu vínculo às associações. E, ainda apontam que “O legado deixado por Denari abre um campo de possibilidades para o aprofundamento das discussões sobre deficiência e sexualidade, especialmente em um contexto que ainda enfrenta resistências e tabus”.

O segundo capítulo trouxe um texto primoroso sobre como o tema sexualidade e deficiência foi vivenciado como tabu nas escolas e em famílias das pessoas com deficiência. Após uma

revisão sistemática da literatura, o texto evidenciou as principais discussões acerca da deficiência e sexualidade.

Quanto ao terceiro capítulo, “Estudos sobre deficiência e sexualidade no CBEE: uma análise bibliométrica” apontou os trabalhos que foram apresentados nos anais do CBEE de 2014, 2016, 2018, 2021 e 2024. Mostrou um mergulho interessante sobre o tema no que se refere às contribuições teóricas e práticas para o campo da Educação Especial. Concluiu que estudos futuros deverão ser realizados aprofundando cada vez mais no tema sexualidade e pessoa com deficiência.

O abuso infantil para crianças surdas foi o tema tratado no quarto capítulo. Reforçou com intensidade a importância sobre os estudos com enfoque na deficiência e sexualidade. Como explicar para crianças com deficiência sobre o abuso infantil sem antes tratar sobre educação sexual? Portanto, torna-se urgente mais estudos sobre deficiência e sexualidade no processo da formação acadêmica, um tema raramente tratado nos cursos de Educação Especial.

Finalmente, o quinto capítulo apontou para a importância sobre a investigação das especificidades do Transtorno do Espectro Autista em mulheres, “analisando os desafios diagnósticos e os fatores que contribuem para sua subidentificação e/ou diagnóstico tardio”. Os estudos mostrados no texto conduzem à dedução que “o mascaramento dos sintomas frequentemente resulta em diagnósticos tardios ou equivocados”, quando os transtornos secundários, como, depressão e ansiedade, já se estabeleceram nas mulheres.

A leitura do presente livro sobre o tema estudos da sexualidade da pessoa com deficiência deve ser realizada por profissionais, pais e população envolvidos com a educação da pessoa com deficiência.

Piedade Resende da Costa

Apresentação

A sexualidade, o gênero e a deficiência constituem temas que têm sido profundamente atravessados por preconceitos, práticas discriminatórias e estigmas, especialmente quando são tratados no âmbito da educação. Esses temas, por sua complexidade e por desafiarem normas sociais hegemônicas, costumam ser negligenciados ou tratados de maneira superficial nas discussões educacionais. O livro “Sexualidade, gênero e deficiência: considerações sobre educação especial, desenvolvimento e autonomia” se propõe a romper o histórico tabu, oferecendo contribuições relevantes e inovadoras para o campo da Educação Especial. A obra se dedica a promover um diálogo interseccional e necessário entre os fenômenos da deficiência, da sexualidade e do gênero, reconhecendo que essas dimensões, quando analisadas de forma interseccional, revelam importantes desafios e possibilidades para a promoção do desenvolvimento humano e da autonomia de sujeitos historicamente marginalizados.

Este livro tem início com o capítulo intitulado “A importante contribuição de Fátima Denari para os estudos da sexualidade da pessoa com deficiência”, de autoria de Paulo Osni Silverio, Adriana Pereira Barbosa e Celsineide Mendes de Moura, contando ainda com reflexões da própria Fátima Elisabeth Denari (in memoriam). Nesse primeiro capítulo, é apresentada a trajetória acadêmica e profissional de Fátima Denari, que transita na área da Educação Especial desde sua formação inicial até sua consolidação como docente e pesquisadora reconhecida internacionalmente. Suas contribuições científicas, tanto em termos de publicações, supervisões e orientações, constituíram marcos importantes para o desenvolvimento dos estudos sobre a sexualidade da pessoa com deficiência no Brasil. O capítulo evidencia a forma inovadora com que Denari abordou essa intersecção, ao discutir a temática da sexualidade em diálogo com

a família, com a escola e com a sociedade de modo amplo. Sua atuação inspirou pesquisadores, profissionais da educação e demais interessados na construção de uma educação inclusiva e respeitosa à diversidade.

Em seguida, o livro apresenta o capítulo “Sexualidade e deficiência: invisibilidades, educação e transgressões”, escrito por Marília Carollyne Soares de Amorim e Ana Beatriz Zanin. As autoras trazem à tona discussões fundamentais sobre os processos de invisibilização da sexualidade das pessoas com deficiência, com especial atenção às implicações dessas omissões no campo educacional. O foco é direcionado à educação sexual, à vulnerabilidade frente à violência e à imposição de normatividades de gênero. Por meio de uma revisão de literatura realizada na base de periódicos da CAPES, as autoras selecionaram oito artigos que tratam das interfaces entre sexualidade e deficiência. A análise desses estudos revela a persistência de práticas capacitistas e processos de infantilização que negam às pessoas com deficiência o direito a uma educação sexual crítica, emancipatória e adequada às suas realidades. Tais processos, conforme discutido no capítulo, contribuem para a perpetuação de visões estereotipadas, reducionistas e desumanizantes da sexualidade das pessoas com deficiência (PcD), o que acarreta sérias implicações sociais e educacionais.

O terceiro capítulo, “Estudos sobre deficiência e sexualidade no CBEE: uma análise bibliométrica”, foi escrito por Cláudia Tammy da Cruz Abreu, Jeanny Monteiro Urquiza e Patrick Langreny Simitan. Este capítulo tem por objetivo mapear a produção científica relacionada à sexualidade no Congresso Brasileiro de Educação Especial (CBEE), evento de grande relevância acadêmica na área, promovido pela Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial (ABPEE) e pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Especial (PPGEEs) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Por meio de uma pesquisa bibliométrica nos anais do congresso, foram identificadas 13 produções com enfoque nas temáticas de

sexualidade e deficiência. Os dados revelaram uma presença ainda tímida dessas discussões no CBEE, bem como a predominância de estudos qualitativos que, embora relevantes, ainda apresentam limitações metodológicas significativas. A análise aponta para a necessidade de ampliação e fortalecimento de pesquisas sobre o tema, incentivando abordagens mais robustas e diversificadas no campo da Educação Especial.

Na sequência, o livro contempla o capítulo “As produções audiovisuais para crianças surdas sobre abuso infantil: uma análise de alguns vídeos acessíveis disponíveis no YouTube”, de autoria de Cesar Augusto Girke, Ester Chaves Pessoa e Francyllayans Karla Da Silva Fernandes. Neste estudo, as/os autoras/es analisam seis vídeos educativos voltados à prevenção da violência sexual, produzidos com acessibilidade para o público surdo. A análise do conteúdo desses materiais evidencia o potencial dos recursos audiovisuais acessíveis como instrumentos eficazes para a disseminação de informações relevantes, para a promoção da consciência crítica e para o enfrentamento das violências. O capítulo ressalta como a produção de materiais inclusivos contribui de maneira significativa para a construção de uma sociedade mais justa, informada e comprometida com o combate da violência.

Encerrando a obra, o capítulo final, intitulado “Diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista em mulheres”, foi escrito por Aline de Fátima Rosa Magalhães, Aline Sordi e Felipe Monteiro. Este capítulo aborda uma temática de grande relevância e ainda pouco explorada: o processo diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista (TEA) em mulheres. As autoras realizaram uma revisão sistemática da literatura, seguindo os critérios do protocolo PRISMA, a partir do portal de periódicos CAPES. Foram identificados três artigos que abordam diretamente o diagnóstico de TEA em mulheres, evidenciando uma lacuna significativa na produção científica. Os estudos analisados apontam para a complexidade do diagnóstico em mulheres, destacando fatores como a camuflagem dos sintomas, a

predominância de critérios diagnósticos construídos a partir de padrões masculinos e a escassez de instrumentos avaliativos adequados. Tais elementos resultam frequentemente em diagnósticos tardios, subnotificações e impactos significativos sobre a saúde mental e a qualidade de vida dessas mulheres.

Desta maneira, este livro reúne uma coletânea de reflexões e análises que tensionam os paradigmas convencionais da educação, propondo novas formas de compreender e atuar frente às múltiplas expressões da sexualidade e do gênero. Ao explorar criticamente a diversidade no contexto da deficiência, a obra se compromete com uma Educação Especial justa, democrática, comprometida com os direitos humanos, com a equidade social e com a emancipação dos sujeitos.

É fundamental destacar que este livro foi profundamente inspirado nas contribuições teóricas e práticas da professora Fátima Elisabeth Denari, uma importante referência brasileira na área da Educação Especial. Ao longo de sua trajetória, Denari pautou sua atuação na valorização das singularidades, na promoção da autonomia e no enfrentamento das desigualdades educacionais, princípios que atravessam toda a obra. Convidamos, assim, todas/os leitoras/es a se debruçarem sobre estas páginas, conhecendo mais sobre a vida e o legado de Denari, e somando-se à luta por uma sociedade mais equitativa, plural e respeitosa das diferenças.

Marlon J. Gavlik Mendes¹

¹ Professor Adjunto do Departamento de Psicologia da UNICENTRO/PR. Doutor em Educação Especial pelo PPGEs – UFSCAR/SP e ex orientando de Fátima Elisabeth Denari. Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2555831401770563> ; E-mail: mgmgavlik@hotmail.com.

A importante contribuição de Fátima Denari para os estudos da sexualidade da Pessoa com Deficiência

Paulo Osni Silverio¹

Adriana Pereira Barbosa²

Celsineide Mendes de Moura³

Fátima Elisabeth Denari (in memoriam)⁴

Resumo

O presente texto apresenta as contribuições marcantes da Professora Doutora Fátima Elisabeth Denari (1949-2024) para os estudos da sexualidade das pessoas com deficiência, uma área marcada historicamente por tabus e marginalização. Atuando como docente e pesquisadora na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), a Profa. Dra. Denari foi pioneira ao defender que

¹ Doutorando em Educação Especial (UFSCar); Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de São Paulo (IFSP). Licenciada em Pedagogia; Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7062538511643144>; ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-8117-0101>; E-mail: pauloosni@estudante.ufscar.br.

² Doutoranda em Educação Especial (UFSCar); Mestra em Estudos em Linguagem pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); Licenciada em Pedagogia; Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6271817514396707>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8108-2786>; E-mail: adrianapereirabarbosa1979@gmail.com.

³ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação Especial na Universidade Federal de São Carlos. Mestra em Educação pela Universidade Federal de Catalão (UFCAT); Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Goiás - UEG (2004); em Educação Especial pelo Centro Universitário Faveni (2023), e História pela Faculdade IBRA de Brasília (2023). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7677630934395610>; ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-2179-1037>; E-mail: celsineide.moura@outlook.com.

⁴ Doutora em Metodologia do Ensino (UFSCar), Mestre em Educação Especial (UFSCar) e Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da UFSCar. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5575213011914394>.

a sexualidade é um direito humano inalienável, combatendo estigmas como a infantilização e a invisibilização desse público. Sua trajetória acadêmica, desde a graduação em Educação Especial até o doutorado em Metodologia do Ensino, foi marcada pela produção de pesquisas inovadoras, que ampliaram a compreensão da afetividade e autonomia das pessoas com deficiência, e destacaram a necessidade de políticas públicas e práticas educativas inclusivas, envolvendo família, escola e sociedade, além de enfatizar a formação de educadores comprometidos com o diálogo e o respeito. Seu legado, além da vasta obra acadêmica, inclui a formação de centenas de profissionais que asseguram a continuidade dos estudos sobre a sexualidade das pessoas com deficiência e a promoção de uma sociedade mais inclusiva e humanizada.

Palavras-chave: Estudos sobre Sexualidade. Pessoas com Deficiência. Fátima Denari.

Introdução

Fátima Elisabeth Denari nasceu em 11 de outubro de 1949 e faleceu em 27 de novembro de 2024, na cidade de São Carlos (SP). Ela atuava como professora colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Educação Especial (PPGEES) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), onde desempenhou um papel fundamental na formação de futuros pesquisadores e profissionais na área de Educação Especial. Este artigo póstumo foi construído dentro da última disciplina que ela estava lecionando no PPGEES da UFSCar, intitulada "Educação Especial no Contexto da Educação Brasileira". Ao registrar este trabalho, pretende-se deixar registrado a contribuição inestimável de Denari para os estudos da educação especial no Brasil, destacando seu compromisso com a inclusão e a temática da sexualidade do indivíduo com deficiência.

A temática da sexualidade da pessoa com deficiência sempre foi envolta por tabus, silêncio e preconceito. Durante décadas, a sociedade ignorou ou marginalizou os aspectos afetivos e sexuais das pessoas com deficiência, tratando-as com infantilização ou como seres assexuados. Neste contexto excludente e carregado de estigmas, a professora Dra. Elisabeth Denari despontou-se, como uma das pioneiras nas pesquisas acerca da temática sexualidade de pessoas com deficiência, tornando-se uma voz indispensável no assunto. Sua atuação acadêmica foi marcada pela coragem em questionar os paradigmas vigentes e pela defesa de que a sexualidade é um direito humano fundamental, independentemente das condições físicas, cognitivas ou sociais dos indivíduos.

Mestra em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), com titulação obtida no ano de 1984, e doutora em Metodologia do Ensino pela mesma instituição, título conquistado em 1997, sua trajetória acadêmica sempre esteve profundamente vinculada à defesa dos direitos das pessoas com deficiência e à promoção de sua inclusão na sociedade. Desde os primeiros anos de sua formação, seu trabalho esteve voltado para a compreensão das necessidades e desafios enfrentados por esse grupo, com um olhar especialmente atento às questões relacionadas à sexualidade, afetividade e autonomia. Seu compromisso com essa temática se reflete em suas pesquisas e publicações, que têm contribuído para ampliar a visão da sociedade sobre a importância de abordar tais aspectos como elementos fundamentais para a dignidade e o bem-estar dessas pessoas.

Ao longo de sua trajetória, Denari consolidou a ideia de que a identidade, a afetividade e a sexualidade são componentes essenciais para a vida das pessoas com deficiência, assim como para qualquer outro indivíduo. Sua atuação foi determinante para que a Educação Especial no Brasil passasse a considerar essas dimensões, que, até então, eram frequentemente ignoradas ou tratadas de maneira secundária. Antes de suas contribuições, à

área da Educação Especial era voltada quase exclusivamente para aspectos relacionados à educação formal e ao desenvolvimento de habilidades funcionais, sem um olhar mais aprofundado para os aspectos emocionais e sociais que impactam diretamente a vida e o aprendizado dos estudantes com deficiência.

Desse modo, suas pesquisas possibilitaram avanços expressivos na compreensão dos diversos desafios enfrentados por estudantes com deficiência, especialmente no que se refere ao reconhecimento e ao respeito de sua sexualidade. Ao trazer essa pauta para o centro do debate educacional, Denari reforçou a ideia de que a sexualidade deve ser reconhecida como um direito humano fundamental, garantindo que pessoas com deficiência possam vivenciar sua afetividade e identidade de forma plena e sem preconceitos. Seu trabalho contribuiu para desconstruir visões equivocadas e capacitistas que frequentemente desconsideram a sexualidade dessas pessoas, promovendo, assim, uma abordagem mais inclusiva e respeitosa dentro do ambiente educacional.

Além disso, sua produção acadêmica e suas reflexões tiveram um impacto direto na formulação de políticas públicas e práticas educativas mais humanizadas e inclusivas. Ao longo dos anos, suas pesquisas influenciaram a formação de uma nova geração de educadores, que passaram a ter uma compreensão mais sensível e aprofundada sobre a importância da inclusão e da abordagem da sexualidade no contexto da Educação Especial. Dessa maneira, seu legado continua a reverberar tanto na teoria quanto na prática educacional, consolidando um modelo mais acolhedor e que respeita a integralidade das pessoas com deficiência.

Imagem 1 – Prof.^a Fátima Elisabeth Denari



Fonte: Arquivo pessoal.

Trajetória Acadêmica e Profissional

Fátima Elisabeth Denari construiu uma trajetória acadêmica e profissional exemplar, marcada pelo compromisso com a pesquisa, a docência e a defesa da inclusão educacional. Seu legado é amplamente reconhecido no campo da Educação Especial, sobretudo no que se refere à garantia dos direitos das pessoas com deficiência, com destaque para sua abordagem inovadora sobre a sexualidade e a afetividade desses indivíduos. Seu trabalho permitiu que debates antes negligenciados fossem incorporados à educação, promovendo uma visão mais ampla e humanizada sobre o desenvolvimento integral de estudantes com deficiência. Ao longo de sua carreira, Denari esteve à frente de

discussões fundamentais para a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas e sensíveis às necessidades desses alunos, consolidando-se como uma referência na área.

Sua formação acadêmica foi pautada por uma sólida base teórica e por uma atuação prática que sempre buscou transformar a realidade educacional. Graduada em Estudos Sociais pelo Centro Universitário de Bauru, em 1976, iniciou sua jornada acadêmica com o propósito de compreender e atuar nas diversas dimensões da educação. Sua escolha por seguir os estudos na área da Educação Especial demonstrou desde cedo seu interesse e compromisso com a inclusão, levando-a a aprofundar seus conhecimentos no campo da educação de indivíduos com deficiência. Esse percurso formativo foi essencial para que Denari pudesse desenvolver pesquisas pioneiras, ampliando os horizontes do conhecimento sobre a inclusão escolar e os desafios enfrentados por essa população.

Dando continuidade à sua trajetória acadêmica, concluiu o Mestrado em Educação Especial, com ênfase na Educação do Indivíduo Especial, pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) em 1984. Nesse período, suas pesquisas começaram a ganhar destaque por abordarem aspectos pouco explorados dentro da Educação Especial, trazendo reflexões sobre a importância da afetividade e da sexualidade na vida de pessoas com deficiência. Sua dissertação representou um marco no campo educacional, pois evidenciou a necessidade de compreender o desenvolvimento dessas pessoas em sua totalidade, indo além do ensino formal e das habilidades funcionais. Esse olhar inovador contribuiu para uma mudança de perspectiva na forma como os profissionais da educação passaram a lidar com essas questões.

Denari aprofundou ainda mais suas contribuições ao concluir o Doutorado em Metodologia do Ensino pela UFSCar, em 1997. Buscando sempre ampliar seu conhecimento e contribuir ainda mais para a área, Denari realizou, entre os anos de 2016 e 2017, um Pós-Doutorado na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (FCLAR/UNESP), em

Araraquara-SP. Esse período de estudos complementares permitiu que ela aprofundasse ainda mais suas reflexões sobre os desafios enfrentados por pessoas com deficiência, com um olhar interdisciplinar e atualizado sobre as transformações no campo da Educação Especial. Sua atuação no pós-doutorado reforçou sua posição como uma pesquisadora inovadora e comprometida com a construção de uma educação mais inclusiva, evidenciando a relevância de seu trabalho tanto no Brasil quanto no cenário internacional.

Como professora associada da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), integrou o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, onde exerceu um papel fundamental na formação de novos pesquisadores e profissionais comprometidos com a inclusão e o ensino qualificado de estudantes com deficiência. Durante sua atuação no programa, orientou inúmeras dissertações e teses, contribuindo significativamente para o avanço do conhecimento na área e para a consolidação de uma abordagem mais sensível e inclusiva dentro do campo educacional. Seu trabalho foi essencial para a capacitação de profissionais que passaram a atuar diretamente na formulação e implementação de práticas pedagógicas mais alinhadas com os princípios da Educação Especial, impactando positivamente a vida de muitos estudantes e promovendo uma educação mais equitativa e acessível.

Grande parte da trajetória profissional de Denari foi construída dentro dos auditórios e salas de aula do Programa de Educação Especial (Imagem 2), instituição onde dedicou décadas de sua vida ao ensino e à pesquisa. Mesmo após sua aposentadoria, continuou a contribuir ativamente como professora colaboradora, mantendo seu compromisso com a formação de novos pesquisadores e educadores na área da Educação Especial.

Imagem 2 – Auditório do Programa de Educação Especial da UFSCar



Fonte: arquivo pessoal.

Os auditórios do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial (Imagem 2), onde ministrou incontáveis aulas, palestras e orientações, tornaram-se uma extensão de sua própria casa, um espaço onde compartilhava conhecimento, incentivava reflexões e guiava seus alunos na construção de novas perspectivas sobre a inclusão. Ao longo dos anos, foram inúmeras as turmas formadas sob sua orientação, cada uma delas marcada pelo seu olhar cuidadoso, sua dedicação incansável e sua paixão por transformar a realidade da educação especial no Brasil.

Além de sua atuação em sala de aula e na orientação acadêmica, sua influência também se estendeu para outros espaços institucionais de grande relevância. Denari participou ativamente de comitês científicos, bancas examinadoras e da coordenação de projetos interdisciplinares de grande impacto, tanto em nível nacional quanto internacional. Sua presença nessas instâncias possibilitou a troca de conhecimentos e experiências entre diferentes pesquisadores e instituições, ampliando o alcance das discussões sobre inclusão e sexualidade no contexto educacional. A colaboração em projetos internacionais permitiu que suas pesquisas e propostas tivessem repercussão em outros

países, enriquecendo o debate sobre os direitos das pessoas com deficiência em diferentes realidades sociais e culturais.

Denari também atuou como consultora em diversas organizações voltadas à Educação Especial, sendo uma peça-chave na elaboração de políticas públicas que passaram a reconhecer a sexualidade como um direito fundamental de todas as pessoas, independentemente de sua condição. Seu trabalho contribuiu para a construção de diretrizes mais inclusivas e humanizadas, auxiliando na reformulação de práticas educacionais que, por muito tempo, negligenciaram este aspecto da vida das pessoas com deficiência. Sua consultoria possibilitou que governos e instituições educacionais implementassem estratégias mais eficazes para garantir que esses indivíduos tivessem seus direitos respeitados, fomentando um ambiente educacional mais justo e acolhedor.

Além disso, sua atuação acadêmica e profissional esteve fortemente ligada a associações científicas e organizações da área. Foi membro ativo da Associação Brasileira de Educação Especial (ABPÉE) e da Sociedade Brasileira de Sexualidade Humana (SBRASH), entidades nas quais teve papel destacado na organização de eventos, palestras e simpósios voltados à discussão da inclusão da sexualidade no contexto educacional e social. Seu engajamento nessas iniciativas permitiu que importantes debates fossem promovidos, ampliando a conscientização e fortalecendo o compromisso da sociedade com a inclusão plena das pessoas com deficiência. Devido à sua trajetória profissional notável, marcada pela excelência, dedicação e compromisso com a docência e a pesquisa, Denari se consolidou como uma das principais referências brasileiras nos estudos sobre a sexualidade da pessoa com deficiência, deixando um legado que continuará influenciando gerações de educadores e pesquisadores.

Sexualidade e Deficiência: Direitos e Desafios

A sexualidade das pessoas com deficiência, durante muito tempo, foi marcada pelo silêncio e marginalização social. Ao enfrentar os tabus e a invisibilidade envolta a essa temática, Denari (2002) postulou que a sexualidade não é um privilégio, mas um direito humano fundamental que não pode ser negado a nenhuma pessoa, independentemente de sua condição. Sua abordagem desafiou a postura estigmatizante que colocava as pessoas com deficiência em posições de infantilização ou dessexualização.

Seus estudos, reforçam que a educação sexual deve ser inclusiva, considerando as necessidades específicas de pessoas com deficiência e destacam que a falta de informação sobre essa temática, aumenta a vulnerabilidade, perpetuando situações de risco e preconceito contra esses sujeitos (Denari, 2002; 2011). Desse modo, a sociedade tem a responsabilidade de garantir que todos os indivíduos tenham acesso ao conhecimento sobre seu corpo, direitos e afetividade, pois “a negação da sexualidade é também uma forma de exclusão” (Denari, 1997, p. 72). É essencial o reconhecimento da sexualidade como um direito humano, pois “a sexualidade deve ser entendida em suas múltiplas dimensões, sendo uma expressão natural e legítima da pessoa com deficiência” (Denari, 2008, p. 144). Esta visão amplia o entendimento sobre a vivência afetiva e sexual como parte do desenvolvimento integral do ser humano.

Notadamente, os estudos de Denari são marcados por reflexões sobre as contradições sociais que perpetuam a infantilização das pessoas com deficiência mental. A intersecção entre deficiência e sexualidade revela discursos cristalizados e problemáticos. Pessoas com deficiência intelectual enfrentam mitos relacionados à assexualidade e à hipersexualidade que os colocam em posições de invisibilidade ou de descontrole. No entanto, a crença de que não possuem desejos ou capacidade afetiva é um reflexo de um olhar excludente e paternalista.

Ademais, as políticas públicas frequentemente falham ao ignorar as demandas relacionadas à sexualidade das pessoas com deficiência, expondo esse grupo a uma posição vulnerável, especialmente em relação a abusos e à falta de autonomia. Desse modo, se faz necessário repensar as práticas sociais e educacionais, incluindo programas de educação sexual que respeitem as particularidades dessa população (Denari, 2002).

Denari (2002) destacou que a compreensão da sexualidade envolve aspectos biológicos, emocionais e culturais. E, que não há como se pensar em uma educação inclusiva sem abordar a sexualidade como parte integrante do processo de desenvolvimento humano, e que a falta de diálogo entre família e escola agrava o desconhecimento dos estudantes sobre esse assunto. Assim, o silêncio sobre a sexualidade dessas pessoas, reforça tabus e aumenta as dificuldades de expressão afetiva (Denari 2008, p. 150).

Nesse viés, a vasta produção literária, legado riquíssimo deixado por Denari, continuará sendo fonte de buscas, apoio e direcionamento frente à inclusão educacional das pessoas com deficiência, sendo luz e inspiração para inúmeros pesquisadores. Ao postular que “reconhecer o direito à sexualidade é um passo essencial para a verdadeira inclusão” (Denari, 2019), rompeu paradigmas, e proporcionou um olhar mais inclusivo e humanizado para uma questão historicamente negligenciada.

Ao longo da sua trajetória, defendeu a sexualidade como sendo um direito inalienável e um componente fundamental da dignidade humana. Sua produção acadêmica trouxe à tona a importância de superar as barreiras impostas pelos estigmas sociais e sobre a necessidade de se construir espaços seguros e acolhedores para a expressão afetiva e sexual. Enfatizam ainda, que o fortalecimento de políticas públicas voltadas para a educação sexual inclusiva é indispensável, “é preciso um compromisso coletivo para que o conhecimento e o diálogo promovam autonomia e respeito” (Denari, 2017). A ausência dessas políticas perpetua o ciclo de marginalização e

vulnerabilidade, impactando diretamente a qualidade de vida das pessoas com deficiência.

O seu legado inspira e continuará inspirando gerações de educadores, pesquisadores e ativistas a continuarem suas investigações e práticas em prol de uma sociedade mais justa e inclusiva. Sua obra é um convite permanente à reflexão e à ação, assegurando que as pessoas com deficiência tenham seus direitos respeitados e possam viver plenamente suas experiências afetivas e sexuais.

Contribuições acadêmicas

As publicações de Denari sobre a temática da sexualidade das pessoas com deficiência são fundamentais para a compreensão e debate dessa área. Neste capítulo, apresentamos uma tabela com suas principais obras, especificando o ano de publicação, o título e o periódico ou livro onde foram publicadas. Essas contribuições acadêmicas evidenciam seu comprometimento com a discussão de questões essenciais e a proposta de reflexões significativas para a prática educativa e políticas públicas.

Tabela 1 – Produções Acadêmicas em Periódicos

Ano de publicação	Título	Periódico	Co Autores
2002	Sexualidade e Deficiência: reflexões sobre conceitos	Revista Brasileira de Educação Especial	-
2010	Adolescência, afetividade, sexualidade e deficiência intelectual: o direito ao ser/estar	Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação	-
2014	A internet como espaço	Revista	de Oliveira,

	de aprendizagem nas aulas de educação física	Internacional de Aprendizaje y CiberSociedad	Everton Luiz
2015	As singularidades da cegueira congênita na apreensão do corpo	Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte	de Oliveira, Everton Luiz
2017	O discurso das pessoas com deficiência física sobre a própria sexualidade	Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação	de Souza, Calixto Júnior Costa, María da Piedade
2017	O corpo humano como alimento para a sexualidade	DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação	de Oliveira, Everton Luiz Daniel Cordeiro Cardoso
2019	A dimensão da beleza física na concepção de pessoas com cegueira congênita.	Revista Educação Especial	de Oliveira, Everton Luiz
2020	Violência contra pessoas com deficiência: um estudo de caso	Revista Eletrônica de Educação	Mendes, Marlon Jose Gavlik Tânia Maria Rechia Schroeder
2021	Violência sexual contra pessoas com deficiência nos últimos 10 anos: uma revisão sistemática	DOXA: Revista Brasileira De Psicologia E Educação	Mendes, Marlon Jose Gavlik
2021	Educação Especial e Projetos Pedagógicos Curriculares dos cursos de licenciaturas da Universidade Federal	Revista Educação Especial	Batista, Geisa Cristina, Marlene Rodrigues

	do Acre		
2021	Revisão de literatura: surdez e identidades interseccionais	Revista de Educação PUC-Campinas	Isabella Mota Colombo
2022	Sexualidade e deficiência intelectual: Estigmas e preconceitos	Apae Ciência	Zuin, Luiz Fernando Andreza Marques de Castro Leão
2022	Sexo e deficiência: Discursos de jovens diagnosticados com deficiência intelectual e de seus familiares	Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação	Mendes, Marlon Jose Gavlik
2022	Preconceito, discriminação e estigma contra pessoas com deficiência: uma revisão sistemática de literatura	Revista Eletrônica de Educação	Mendes, Marlon Jose Gavlik, Maria da Piedade Resende da Costa
2023	Teoria queer-crip no Brasil e a sexualidade de pessoas com deficiência: uma revisão de literatura	Revista Cocar	Theodoro, Helen Cristiane Silva
2023	Sexo e deficiência: Educação sexual de discentes com deficiência intelectual segundo suas professoras	Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação	Mendes, Marlon Jose Gavlik
2024	Violência Sexual e deficiência: a vulnerabilidade de	Revista Educação Especial	Mendes, Marlon Jose Gavlik

	jovens com deficiência intelectual às situações de violência sexual		
--	---	--	--

Fonte: Elaborada pelos autores.

Esta tabela apresenta as dezessete principais publicações, disponíveis em bancos de dados de artigos científicos abertos. Embora essa seleção representa as obras mais significativas, é importante destacar que seu trabalho abrange um número ainda maior de publicações. Destaca-se que a primeira publicação abordando a sexualidade, datada de 2002, e a última, em 2024.

Em "Sexualidade & deficiência: reflexões sobre conceitos" (2002), Denari pretende instigar a reflexão sobre temas delicados, polêmicos e, quase sempre, permeados por entendimentos calcados em preconceito: sexualidade e deficiência mental, notadamente no que se reporta a um dos períodos do desenvolvimento humano - a adolescência. Para tanto, discute os temas a partir do espectro da literatura especializada e de relatos de pesquisas, com base no entendimento de que a deficiência mental não é um impeditivo à manifestação da sexualidade; e que está, para além da genitalidade, implica formas de sentir, pensar e agir, típicas da pessoa interagindo na sociedade e imprimindo a ela uma marca.

Já em sua última publicação, "Violência Sexual e deficiência: a vulnerabilidade de jovens com deficiência intelectual às situações de violência sexual" (2024) o objetivo geral da pesquisa foi identificar a vulnerabilidade de jovens com deficiência intelectual às situações de violência sexual com nove jovens diagnosticados com deficiência intelectual. Os resultados mostraram que a maioria dos jovens, sete dos nove, não possui conhecimentos claros sobre violência sexual, tem dificuldades em diferenciar situações que não apresentam risco de violência das que apresentam e em agir defensivamente frente a estas situações. O repertório comportamental dos jovens é permeado por dinâmicas de gênero, enquanto jovens do gênero masculino são

mais assertivos, as do gênero feminino demonstram mais facilidade em comunicação e em pedir ajuda de pessoas adultas.

Essas pesquisas são de extrema importância para o debate sobre a sexualidade das pessoas com deficiência, pois enfrentam tabus, promovem a inclusão e defendem os direitos dessas pessoas. As contribuições de Denari ajudaram a moldar a compreensão contemporânea sobre o tema, influenciando políticas públicas e práticas educacionais. Seu trabalho é uma referência essencial para profissionais e pesquisadores que buscam desenvolver abordagens mais inclusivas e equitativas na educação e no cuidado das pessoas com deficiência.

Na tabela a seguir estão os capítulos de livros que estão disponibilizados com acesso livre, que tratam sobre sexualidade e deficiência.

Tabela 2 – Capítulos de livro

Ano de publicação	Título	Obra	Editora	Co Autores
2013	Sexualidade, afetividade, deficiência e inclusão: novos (?) olhares	Relacionamentos amorosos: o antes, o durante e o depois	Pedro e João editores	-
2013	Diversidade, deficiência, autonomia escolar: de volta ao começo.	Diferentes olhares sobre a inclusão	Cultura Acadêmica	-

Fonte: Elaborada pelos autores.

Em ambos os textos apresentados, Fátima Elisabeth Denari escreve sem coautor, reforçando seu protagonismo e autoridade no campo da Educação Especial. Essas publicações, ambas

datadas de 2013, destacam-se pela profundidade e relevância das discussões abordadas. É importante mencionar que, embora esses capítulos sejam particularmente notáveis, a produção acadêmica de Denari é extensa, abrangendo inúmeros outros capítulos de livros e diversas obras publicadas ao longo de sua carreira.

Perspectivas Futuras para os Estudos sobre Deficiência e Sexualidade

O legado deixado por Denari abre um campo de possibilidades para o aprofundamento das discussões sobre deficiência e sexualidade, especialmente em um contexto que ainda enfrenta resistências e tabus. Sugere-se, que as futuras pesquisas promovam abordagens mais amplas e interseccionais, contemplando as diferentes realidades culturais, sociais e econômicas que permeiam as experiências afetivas e sexuais das pessoas com deficiência. Além disso, seus estudos alertam para a necessidade de se investir em políticas públicas que incorporem a educação sexual inclusiva desde os primeiros anos escolares, garantindo que todos os estudantes tenham acesso à informação sobre a temática de maneira adequada e segura. Isso inclui a formação continuada de professores e profissionais de saúde, capacitando-os a lidar com essa temática de forma respeitosa, livre de preconceitos e alinhada às necessidades específicas de cada indivíduo.

Outra questão desafiadora, apontada por Denari, é sobre a necessidade de ampliar o diálogo entre família, escola e sociedade, desmistificando concepções equivocadas sobre a sexualidade desse grupo populacional. Tendo como inspiração os estudos de Denari, educadores e pesquisadores, poderão elaborar e executar práticas educativas inclusivas, que valorizam a autonomia, o respeito e o direito ao prazer e à afetividade, integrando a voz das próprias pessoas com deficiência, assegurando que suas vivências e perspectivas sejam o centro das discussões. A escuta ativa e a valorização dessas narrativas são

fundamentais para a construção de políticas e práticas que garantam a inclusão plena e a vivência digna da sexualidade como um direito inalienável.

Considerações Finais

A trajetória e as obras produzidas por Fátima Denari ao longo da sua jornada, marcam um divisor de águas nos estudos sobre sexualidade e deficiência. Denari não apenas trouxe luz a um tema historicamente negligenciado, mas também promoveu mudanças concretas em práticas educativas, políticas públicas e na sociedade como um todo. Seu compromisso com a dignidade humana e a inclusão transcendeu os limites acadêmicos, influenciando gerações de educadores e pesquisadores ao acentuar que a sexualidade é parte essencial do desenvolvimento humano e um direito inalienável de todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas ou cognitivas.

Sua abordagem inovadora permitiu desconstruir estigmas e trazer a discussão sobre a sexualidade da pessoa com deficiência para o centro do debate educacional e social. A importância do seu trabalho se reflete na criação de programas educativos que respeitam as particularidades das pessoas com deficiência, enfatizando que a educação sexual inclusiva é fundamental para garantir a autonomia, o respeito e a proteção desse grupo. Seus estudos mostraram que a falta de diálogo e informação contribui para a vulnerabilidade, reforçando a necessidade de ações concretas para combater esses desafios.

Além disso, Denari destacou o papel fundamental das políticas públicas na promoção da inclusão e demonstrou que a ausência de políticas com intencionalidade perpetua o ciclo de exclusão e invisibilidade social, dificultando o acesso das pessoas com deficiência a informações sobre seus direitos afetivos e sexuais. Seu trabalho revelou a urgência de fortalecer programas interdisciplinares que envolvam educadores, profissionais de saúde e a própria comunidade. Outro aspecto marcante de sua

contribuição foi a defesa da escuta ativa das pessoas com deficiência. Denari acreditava que as vozes desses indivíduos devem ser protagonistas nas discussões sobre sua sexualidade e inclusão educacional e que valorizar as perspectivas desses sujeitos é essencial para a elaboração de práticas que atendam às suas reais necessidades e desejos.

A formação de centenas de profissionais ao longo de sua carreira representa uma das maiores contribuições de Fátima Elisabeth Denari para a Educação Especial e para os estudos sobre a sexualidade de pessoas com deficiência. Como professora, pesquisadora e orientadora, não apenas transmitiu conhecimento, mas também despertou em seus alunos e colegas o interesse pela inclusão e pelo respeito à diversidade. Seu trabalho acadêmico e sua atuação docente proporcionaram a capacitação de gerações de profissionais que, ao longo dos anos, passaram a atuar em diferentes contextos educacionais, multiplicando sua influência e garantindo que seu legado permaneça vivo.

Denari não apenas inspirou seus estudantes e colaboradores, mas também os incentivou a seguir aprofundando e aprimorando os estudos na interseção entre deficiência, afetividade e sexualidade. Ao longo dos anos, muitos dos profissionais formados sob sua orientação seguiram carreira na docência e na pesquisa, levando adiante as reflexões e metodologias por ela desenvolvidas. Dessa forma, seu impacto transcende as salas de aula e os espaços acadêmicos onde atuou, alcançando instituições de ensino, centros de pesquisa e políticas públicas voltadas à inclusão educacional e social.

A continuidade de seu trabalho é perceptível na forma como o debate sobre sexualidade e deficiência evoluiu ao longo das últimas décadas. O conhecimento que ajudou a construir não se restringiu às publicações acadêmicas, mas se transformou em práticas concretas que beneficiam diretamente as pessoas com deficiência, ampliando sua autonomia e sua participação ativa na sociedade. Por meio de seus alunos e dos inúmeros pesquisadores que se inspiraram em sua obra, Denari garantiu que essas

temáticas fossem cada vez mais debatidas e incorporadas às políticas educacionais e sociais, promovendo mudanças significativas na forma como a inclusão é compreendida e praticada.

O legado de Denari, no entanto, vai além de sua influência na formação de novos profissionais. Sua vasta obra acadêmica, composta por livros, artigos científicos e orientações de pesquisa, constitui um acervo de valor inestimável para a Educação Especial e, mais especificamente, para os estudos sobre a sexualidade de pessoas com deficiência. A profundidade de suas reflexões e a originalidade de suas abordagens consolidaram sua posição como uma das maiores referências no tema, proporcionando subsídios teóricos e metodológicos fundamentais para pesquisadores e educadores que buscam construir práticas mais inclusivas e humanizadas.

Além de sua contribuição científica, Denari também nos deixou um importante chamado à reflexão e à ação. Seu compromisso com a dignidade, a inclusão e os direitos humanos não se limitou à teoria, mas se manifestou na forma como viveu e trabalhou. Com sensibilidade e determinação, ela desafiou preconceitos, rompeu barreiras e incentivou a sociedade a olhar para a pessoa com deficiência de maneira integral, reconhecendo sua autonomia e seu direito de viver plenamente todas as dimensões da existência, incluindo a afetiva e sexual.

A mensagem que ela transmitiu ao longo de sua carreira continua ecoando no trabalho de todos aqueles que, inspirados por sua trajetória, seguem lutando por um mundo mais justo e acolhedor. Sua dedicação incansável à pesquisa e à educação transformou vidas, abriu caminhos e influenciou políticas públicas que hoje garantem direitos fundamentais a muitas pessoas. Seu nome permanece vivo na memória de alunos, colegas e profissionais da área, como um símbolo de resistência, inovação e compromisso com a inclusão.

Denari mostrou, com sua trajetória e suas pesquisas, que o caminho para uma sociedade verdadeiramente inclusiva passa

pelo respeito à diversidade, pelo diálogo e pelo compromisso coletivo com a construção de um mundo mais acessível e equitativo. Seu trabalho é um testemunho do poder transformador da educação e do conhecimento, uma prova de que, por meio do ensino e da pesquisa, é possível provocar mudanças profundas e duradouras. Sua luta e seu legado continuarão a inspirar aqueles que acreditam na importância da inclusão, na valorização da diferença e na promoção da dignidade de todas as pessoas, independentemente de suas limitações.

Referências

DENARI, Fátima Elisabeth. **O Adolescente Especial e a Sexualidade**: Nem Anjo, Nem Fera. 1997. Tese (Doutorado em Metodologia do Ensino) – Universidade Federal de São Carlos, 1997.

DENARI, Fátima Elisabeth. Sexualidade & Deficiência: reflexões sobre conceitos. **Revista. bras. educ. espec.**, Marília, v. 8, n. 1, p. 09-14, 2002. Disponível em:

http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382002000100003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 5 jan. 2025.

DENARI, Fátima Elisabeth. Adolescência, afetividade, sexualidade e deficiência intelectual: o direito ao ser/estar. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 5, n. 1, p. 44–52, 2011. DOI: 10.21723/riaee.v5i1.3491. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/3491>. Acesso em: 5 jan. 2025.

DENARI, Fátima Elisabeth. Sexualidade: reflexões para a educação inclusiva. **Revista Educação Especial**, v. 24, p. 140-156, 2008.

DENARI, Fátima Elisabeth. Reflexões sobre a afetividade e sexualidade: educação especial na contemporaneidade. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 24, p. 144-160, 2024.

DENARI, Fátima Elisabeth; COSTA, Maria de Souza; OLIVEIRA, Joana Cardoso. O discurso das pessoas com deficiência física sobre sua própria sexualidade. **Revista Dialnet**, v. 6, p. 68-82, 2017.

DENARI, Fátima Elisabeth; MENDES, Marlon José Gavlik. Educação inclusiva e sexualidade: desafios e perspectivas. **Revista Educação Inclusiva Contemporânea**, v. 8, p. 4-18, 2019.

DENARI, Fátima Elisabeth; VICENTE, João Carlos; ZUIN, Marília Andrade. Sexualidade e deficiência: dimensões sociais e afetivas. **Revista Brasileira de Educação Inclusiva**, v. 9, p. 2178-2190, 2019.

MENDES, Marlon José Gavlik; DENARI, Fátima Elisabeth. Violência sexual e deficiência: a vulnerabilidade de jovens com deficiência intelectual às situações de violência sexual. **Revista Educação Especial**, v. 37, p. 1-18, 2023.

Sexualidade e Deficiência: invisibilidades, educação e transgressões

Marília Carollyne Soares de Amorim¹

Ana Beatriz Zanin²

Introdução

A sexualidade das pessoas com deficiência é um tema historicamente invisibilizado e permeado por estereótipos que reforçam a infantilização, a dependência e a negação de sua autonomia. Essa perspectiva resulta na exclusão desse público de debates sobre direitos sexuais e reprodutivos, contribuindo para a perpetuação de diferentes barreiras, sejam sociais ou institucionais. Diante desse cenário, este estudo busca analisar por meio de uma revisão sistemática da literatura, as principais discussões acerca da deficiência e sexualidade, com ênfase na educação sexual, vulnerabilidade à violência e normatividade de gênero.

Nesse propósito, compreender como a literatura tem abordado a sexualidade das pessoas com deficiência, destacando desafios e avanços no campo da educação sexual, assim como os impactos das normas sociais na vivência dessa dimensão humana. A proposição é ampliar o debate sobre a sexualidade a partir da compreensão das diferentes perspectivas, a fim de influenciar na modificação do comportamento social e assim transitar ações para

¹ Doutoranda em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0692032126987229>. E-mail: mariliaamorim@estudante.ufscar.br.

² Mestranda em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8809457383512894>. E-mail: anazanin@estudante.ufscar.br.

construção de uma educação sexual mais inclusiva para o público com deficiência.

A relevância desta pesquisa se dá tanto no campo acadêmico quanto no social. No âmbito acadêmico, contribui para o aprofundamento das discussões sobre a interseccionalidade entre deficiência, gênero e sexualidade, oferecendo uma análise crítica das produções existentes e identificando lacunas que possam orientar futuras investigações. No campo social, a pesquisa visa fomentar reflexões e estratégias que garantam o acesso das pessoas com deficiência à educação sexual, ao direito ao prazer e à autonomia sobre seus corpos, combatendo a desinformação e o preconceito que historicamente limitaram esses direitos. Dessa forma, espera-se que este estudo possa subsidiar práticas mais inclusivas e uma maior conscientização sobre a importância da autodeterminação sexual para essa população.

A Educação sexual inclusiva para pessoas com deficiência

A educação sexual inclusiva constitui-se em tema essencial para possibilitar acesso às informações necessárias para o desenvolvimento saudável da sexualidade. A inclusão de recursos, orientações diversificadas para construir abordagem educativa disponível a todas as especificidades, sejam de ordem física, cognitiva ou sensorial.

No que se refere às pessoas com deficiência, esse público está mais vulnerável à desinformação, à medida que enfrentam uma série de barreiras de ordem social e cultural que impossibilitam o seu desenvolvimento. De forma geral, a incompreensão sobre a diversidade de particularidades afeta a construção de caminhos adequados para a educação sexual.

Em meio a esse contexto, a efetivação do processo para o acesso à educação, à saúde e à vida social é uma realidade, no entanto, não se tem incluído nas políticas públicas o acesso como um direito ao aspecto afetivo e sexual do público com deficiência (Maia; Ribeiro, 2010).

Nos escritos de Denari (2006, p. 200) destaca-se que ao manter estereótipo sobre as pessoas com deficiência, relacionando-as diretamente “como assexuada ou agressiva sexualmente resulta da visão popular que atribui a elas características de incompletude e desvio do padrão considerado normal”. São diferentes rótulos, com caráter negativo, vinculados ao público com deficiência, dentre os quais, anjos, eternas crianças, hipersexuais e outros (Denari, 2006).

Os mitos manifestos sobre a sexualidade e a pessoa com deficiência provém do padrão de normalidade construído no meio social que também se aplicam “aos relacionamentos afetivos e sexuais” (Maia; Ribeiro, 2010, p.162). Ao fortalecer estigmas, rótulos para o público com deficiência tem-se como possibilidade idealizações em função da deficiência, passível de se estabelecer uma relação direta com os estigmas ao tê-los como foco central em detrimento de atitude para o conhecimento (Silva, 1995). A partir dessa formação cultural permanece embutido a concretização de ações influenciadas pelo sentimento de incapacidade para com o público com deficiência.

De maneira simplista, a condição de desvantagem em que são postos pode colaborar para a incorporação dessas representações pelos próprios sujeitos com deficiência, em específico sobre a expressão da sexualidade (Maia; Ribeiro, 2010). Esse mecanismo abrange:

os modelos normativos relativos à sexualidade (vida social, afetiva e amorosa que envolve os relacionamentos, a auto-imagem, questões de estética e atratividade, sedução, questões de gênero) e às práticas sexuais (desempenho sexual funcional e o sexo considerado saudável). Em todos os casos, baseiam-se em modelos normativos que são ideológicos e construídos socialmente e prometem uma felicidade idealizada e exagerada a todos nós, mas que atinge, diretamente, àqueles que vivem com uma deficiência visível e por ela são estigmatizados (Maia; Ribeiro, 2010).

A construção dessas representações sociais são fruto de visões negativas relacionadas à expressão da sexualidade-deficiência, a partir da determinação de um padrão limitante que caracteriza o público. Tal cenário resulta na baixa expectativa sobre a vivência da sexualidade, evidenciada a partir da crença da incapacidade (Maia; Ribeiro, 2010).

Na consideração a ideia de impossibilidade do aspecto de afetividade-sexualidade reflete no meio social a partir do processo de negação ao manter a ideia do público com deficiência como eterna criança; da omissão e do controle excessivo para impedir a vivência da sexualidade (Figueiró, 2009). Nesse caráter, a sexualidade é mantida sob controle regulatório das diferentes instâncias sociais, dentre as quais, família, escola, igreja, sociedade em geral, e permanece com restrição ampliada para o público com deficiência (Zuin; Leão; Danari, 2022).

Nessa organização, determinadas limitações do público com deficiência são conduzidas para a condição de totalidade, de maneira que as especificidades não são tratadas com naturalidade para inserção da educação sexual, mas na condição de impedimento para acesso a informações e orientações sobre a sexualidade. O processo de exteriorização dessas representações negativas transmite o sentimento de inferioridade que pode ser internalizado pelo público e afetar a autoestima e consequentemente portarem-se na condição de pouco potentes para uma vida plena e em especial para a vivência da sexualidade com o conhecimento adequado (Zuin; Leão; Danari, 2022).

Para Zaenz e Mora (2019), ao negligenciar a sexualidade das pessoas com deficiência ocorre a violação desse direito. Dessa maneira pode conduzir ao estabelecimento de comportamento inadequado e prejuízos nas interações. Assim, a restrição de discussões acerca do tema sexualidade acentua a permanência de limitações para construção de uma educação sexual inclusiva.

A Organização Mundial de Saúde - OMS (1975) caracteriza a sexualidade como parte da personalidade de cada ser humano, no entanto, uma necessidade que precisa ser cuidada em paralelo aos

outros aspectos. Dessa maneira, a educação sexual inclusiva para pessoas com deficiência é um direito e precisa ser evidenciada para sua efetividade. O fortalecimento de ações para prover a educação sexual contribuirá para segurança, autonomia, respeito e dignidade das pessoas com deficiência.

Método

Neste trabalho com a abordagem qualitativa realizou-se uma revisão de literatura. A revisão de literatura é um tipo de pesquisa que objetiva mapear estudos sobre determinada temática, suas principais abordagens, a funcionalidade, através dos resultados, e verificar a ocorrência de lacunas para o processo de análise crítica a partir das publicações existentes (Gil, 2019). Nesse sentido, constrói-se um panorama acerca do tema em estudo, ou seja, o estado da arte (Page et al, 2021).

Nesse propósito, efetivou-se a revisão de literatura com a busca em base de dados nacional no mês de janeiro de 2025. A base de dados escolhida foi o portal da CAPES-CAFe, escolhida para o estudo por sua confiabilidade e vasta procura entre os pesquisadores em âmbito nacional. Os descritores utilizados na busca “deficiência e sexualidade” foram somados ao operador Booleano AND, definindo-se como estratégia de busca: deficiência AND sexualidade. Os filtros definidos foram o recorte temporal de 2020 a 2025, operado na intenção de instrumentalizar-se das discussões mais recentes em estudo a partir do emulsionamento das discussões sobre a sexualidade e deficiência; idioma português, produção nacional e produções revisadas por pares. Além destes, os estudos deveriam ser escritos em língua portuguesa e estarem disponíveis de maneira integral.

Os critérios de exclusão concentraram-se em produções em língua diferente da definida, estudos não disponíveis na íntegra ou com resultados parciais, capítulos, livros, dissertações e teses, material duplicado, pesquisas em andamento e temática distante do objetivo definido.

Os resultados identificados foram 37 produções científicas. Os estudos foram transferidos para uma planilha no Excel para o processo de seleção por pares, ou seja, as duas pesquisadoras de maneira independente analisaram as produções e demarcaram os estudos com possível dúvida em relação aos critérios definidos para, posteriormente, discutir e de forma conjunta alcançar um consenso. A análise inicial das produções centrou-se nos títulos, palavras-chave, resumo, em específico o objetivo da pesquisa para verificar a adequação aos critérios definidos. Com esse processo, na gestão das produções científicas foram excluídas 29 produções científicas e selecionado oito estudos.

Os estudos selecionados que compõem a pesquisa são apresentados no quadro a seguir.

Quadro 1 – Artigos selecionados

N	Título	Autor	Ano
I	Opiniões de mães e profissionais sobre a sexualidade de pessoas com deficiência intelectual	Gonçalves; Barbosa	2020
II	“Eu não sou um anjo azul”: a sexualidade na perspectiva de adolescentes autistas	Bilhete et al	2020
III	Representações Sociais de Universitários com Deficiência Física sobre a Sexualidade das Pessoas com Deficiência	Carvalho; Silva	2020
IV	Entre corpos e interdições: discutindo sexualidades dos sujeitos com deficiência física e/ ou cognitiva	Soares; Cavalheiro	2020
V	A (in)visibilidade da sexualidade da pessoa surda associada a deficiência intelectual: um estudo de caso na APAE	Rizzo; Gonçalves	2022
VI	Educação sexual para alunos/as com deficiência em Portugal: indícios de uma formação docente precária.	Maia; Carvalho; Vilaça	2020
VI I	De quem é esse corpo? A sexualidade de mulheres com Síndrome de Down	Faria	2024
VI II	Criações e transgressões no diálogo entre transgeneridade e deficiência:	Marafon; Piluso	2021

	“entre travas e rodas”
Total	8

Fonte: Elaboração própria, 2025.

Com a leitura integral das produções foram confirmadas a inclusão de oito estudos nesta pesquisa. A sistematização dos dados passou pelas seguintes etapas: pré-análise com a leitura flutuante; tratamento das informações para identificar a pertinência das informações; e interpretação dos dados que resultou na definição de categorias (Franco, 2018; Manzini, 2020). Para a análise dos dados centrou-se na temática discutida para identificar os principais eixos temáticos contidos no acervo selecionado a fim de construir inferências (Minayo, 1993).

A análise dos dados foi construída com a análise de conteúdo Bardin (2011). Na análise das informações das produções científicas se teve como foco dos estudos a análise do objetivo, método utilizado, os procedimentos de coleta e análise, os resultados alcançados nas pesquisas a fim de identificar as principais discussões, inovações sobre a temática para o campo científico e possíveis lacunas sobre a sexualidade e deficiência. Com esse processo, de acordo com as similaridades entre os estudos foram definidas categorias de análise para direcionamento das discussões.

Resultados e discussão

O resultado desta pesquisa centra-se nos aspectos gerais das produções e análise das principais abordagens referente a sexualidade na percepção de pessoas com deficiência, dos familiares e dos profissionais de pessoas com deficiência. Nesse sentido, a primeira categoria trata-se dos aspectos gerais das produções científicas e a segunda da sexualidade e deficiência, sendo subdividida em subtemas, dos quais, tem-se: invisibilidade da sexualidade das pessoas com deficiência, vulnerabilidade e

risco de violência sexual, educação sexual para pessoas com deficiência e autonomia e direito.

Aspectos gerais das produções científicas

Em relação à distribuição das pesquisas por ano, das oito produções científicas selecionadas para a pesquisa, cinco produções foram publicadas no ano de 2020, duas no ano de 2022, seguidas por uma publicação no ano de 2021 e 2024. Essa restrição de resultados sugere a necessidade de aprimoramento e investimento na discussão sobre a temática sexualidade, em específico, para produzir avanços na abordagem da sexualidade de pessoas com deficiência.

No que refere às temáticas, os primeiros cinco estudos, Gonçalves; Barbosa, 2020; Bilhete et al (2020); Carvalho; Silva (2020); Soares; Cavalheiro (2020) e Rizzo; Gonçalves (2022), analisaram a perspectiva dos familiares e profissionais de alunos com deficiência intelectual (DI) relacionadas a temática sexualidade; demandas sobre sexualidade na perspectiva de pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo - TEA; representações sociais de universitários com deficiência física; noções de sexualidade a partir das percepções de pessoas com deficiência física ou cognitiva; e a percepção de uma estudante surda da APAE com o diagnóstico de deficiência múltipla (surdez e DI).

Os três últimos estudos analisados, Maia; Carvalho e Vilaça (2020); Faria (2024); Marafon; e Piluso (2021), abordam diferentes aspectos da relação entre sexualidade e deficiência, destacando a perspectiva de profissionais, referente a três professores; profissionais que trabalham com pessoas com DI e mães de pessoas e Síndrome de Down; os dois estudos referem-se a realidade de Portugal; e o último estudo apresenta a descrição a partir da perspectiva de uma pessoa com deficiência física expressa em documentário.

No aspecto metodológico, evidencia-se que sete produções científicas foram qualitativas, utilizando-se da entrevista semiestruturada para a coleta de dados, com esse instrumento tem-se como proposição a apropriação de um discurso mais livre. Para Triviños (1987, p. 152) o instrumento “favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade”. A proposição apresenta percepções de diferentes sujeitos em relação à sexualidade, enfatiza as barreiras enfrentadas por essa população, a invisibilização de seus direitos e a falta de acesso a informações e suporte adequado às necessidades.

Sexualidade e Deficiência: desafios e perspectivas

- *Invisibilidade da Sexualidade das Pessoas com Deficiência*

A invisibilidade da sexualidade das pessoas com deficiência é abordada nos estudos sob diferentes aspectos. De maneira geral, a sexualidade das pessoas com deficiência é um fenômeno social sustentado pelo processo de infantilização, pelo capacitismo e pela falta de acesso à educação sexual adequada, como destacado nos estudos por Rizzo e Gonçalves (2022); Bilhete et al (2020); Carvalho e Silva (2020); Soares e Cavalheiro (2020).

O artigo de Rizzo e Gonçalves (2022) destacam as barreiras comunicacionais como dificuldade para o acesso de pessoas surdas com deficiência intelectual às informações sobre seus corpos e consentimento, tornando-as mais vulneráveis a abusos. Já o estudo de Faria (2024) evidencia a dessexualização das mulheres com Síndrome de Down no convívio social, ao mesmo tempo em que são fetichizadas, enfrentando restrições impostas por familiares e a sociedade sobre sua autonomia sexual e reprodutiva.

No contexto educacional, Maia, Carvalho e Vilaça (2020) apontam que a formação deficiente dos professores reforça esse apagamento, pois a sexualidade das pessoas com deficiência é

frequentemente excluída do currículo escolar. A falta de materiais didáticos acessíveis e a resistência institucional contribuem para a manutenção do tabu, privando esses alunos de conhecimentos essenciais sobre consentimento e relacionamentos saudáveis. Essa invisibilidade se agrava ainda mais quando interseccionada com identidade de gênero, como demonstra Marafon e Piluso (2021) ao analisar o duplo apagamento vivido por pessoas trans com deficiência, que enfrentam tanto o capacitismo quanto a transfobia, sendo excluídas de espaços de acolhimento e políticas públicas.

Ainda, ao considerar o processo de invisibilidade, o estudo de Bilhete et al (2020) que aborda as demandas sobre sexualidade na perspectiva de pessoas com TEA, apresentam forte referência ao processo de infantilização, em específico a utilização da expressão “anjo azul” fortalecida nos discursos como reforçadora da ideia de pessoas assexuadas. Esse aspecto contribui para o processo de normalização, limitação e invisibilidade da temática sexualidade. O estudo de Soares e Cavalheiro (2020) também apresentam as barreiras sociais como contribuintes para o desenvolvimento de uma visão de sujeitos assexuados, trata-se de uma delimitação do conceito refletido em visões estereotipadas que elevam a condição de privação e exclusão da vivência plena do público com deficiência.

Ao encontro dessas informações o estudo de Gonçalves e Barbosa (2020) nas representações dos familiares e profissionais sobre a sexualidade do público com DI também abordam aspectos da privação da educação sexual, vinculada diretamente a ideia de incapacidade do público para a compreensão das normas sociais em detrimento da efetivação de mecanismos para tornar acessível o desenvolvimento de conceitos e orientações. Além de enfatizar a falta e necessidade de programas de intervenção sobre a temática, orientação sexual.

Os artigos demonstram que a negação da sexualidade das pessoas com deficiência está presente em diversas esferas, incluindo a família, a escola e os serviços de saúde. Esse

silenciamento perpetua a exclusão, a vulnerabilidade e a dependência, restringindo sua autonomia e direito ao prazer. Conforme explicitado, a literatura assegura uma discussão em que apresenta os estigmas, os mitos manifestos, a idealização das especificidades do público com deficiência, pautado no padrão de normalidade como fator diferenciador e influenciador da omissão do direito à educação sexual do público com deficiência (Maia; Ribeiro, 2010; Denari, 2006; Zuin; Leão; Danari, 2022). Para superar essa invisibilidade é conveniente investir em formação, programas educativos, materiais acessíveis, políticas públicas que reconheçam a sexualidade como um direito fundamental das pessoas com deficiência.

- *Controle e Regulação da Sexualidade*

A regulação e o controle da sexualidade das pessoas com deficiência ocorrem de maneira sistemática em diferentes contextos sociais, restringindo sua autonomia e construção da identidade. Os artigos analisados apresentam aspectos desse processo de regulação, manifesto por meio da omissão, da vigilância e da interdição que impactam a vida dessas pessoas desde a infância. A inter-relação entre os textos evidencia que essa restrição não ocorre apenas no âmbito familiar, mas também no espaço educacional, médico e social, reforçando a invisibilização da sexualidade e a dependência de terceiros para decisões íntimas e pessoais.

A omissão, destacada por Rizzo e Gonçalves (2022) e Maia, Carvalho e Vilaça (2020), aparece como um mecanismo de controle ao negar às pessoas com deficiência o acesso à educação sexual e a informações sobre seus corpos e desejos. Essa negligência impede o desenvolvimento da autonomia afetivo-sexual, perpetuando um ciclo de dependência e desinformação. No ambiente escolar, a falta de preparo para trabalhar com a temática reforça essa omissão, restringindo a discussão sobre sexualidade a aspectos reprodutivos e deixando de lado temas

essenciais, como consentimento e relacionamentos saudáveis. Nesse contexto, a escola, que deveria ser um espaço de emancipação, acaba reproduzindo normas que limitam a vivência plena da sexualidade para essa população.

Além da omissão, há formas mais explícitas de controle, como a vigilância excessiva e a interdição, que afetam especialmente grupos marginalizados dentro da comunidade de pessoas com deficiência. O estudo de Faria (2024) revela que mulheres com deficiência intelectual frequentemente sofrem controle direto sobre sua sexualidade, como a imposição de métodos contraceptivos sem consentimento informado e a limitação de seus relacionamentos. Esse aspecto se conecta ao artigo de Marafon e Piluso (2021) ao demonstrar que pessoas trans com deficiência enfrentam um duplo controle: sobre sua deficiência e sobre sua identidade de gênero, tornando ainda mais restrito seu direito à sexualidade.

Além destes, de forma expressiva, no estudo de Carvalho e Silva (2020) destacam o processo regulatório presente na infantilização, nos estereótipos, no diálogo limitado, no preconceito social e na discriminação sobre as pessoas com deficiência. Em geral, são barreiras expressas como desafios para a construção da identidade e assim a privação de um processo adequado para o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos. De modo semelhante, Soares e Cavalheiro (2020) na discussão das noções de sexualidade com narrativas dos responsáveis por pessoas com deficiência física e/ou cognitiva, a sexualidade é apresentada enquanto uma temática silenciadas, invisibilizada e relacionada ao aspecto da infantilização. De forma paralela ao processo de vigilância para repressão de ações consideradas inadequadas.

A análise dos artigos evidencia que a regulação da sexualidade das pessoas com deficiência não ocorre de forma homogênea, mas sim de maneira interseccional, variando conforme gênero, identidade de gênero e tipo de deficiência, reforçando múltiplas camadas de opressão e exclusão.

Ao encontro das informações, o controle regulatório da sexualidade é mantido de forma intensa sobre o público com deficiência, conservado sobre a ideia de incapacidade e a ausência de distinção nas diferenciações entre as necessidades do público com deficiência. Nesse caráter, normas religiosas, morais, políticas e econômicas são destaques para a permanência do controle provenientes de diferentes instituições sociais como famílias, escolas e a sociedade em geral (Figueiró, 2009; Zuin; Leão; Danari, 2022; Maia; Ribeiro, 2010).

- *Vulnerabilidade e Risco de Violência Sexual*

A vulnerabilidade das pessoas com deficiência à violência sexual é um tema central nos artigos analisados. Tais estudos evidenciam como a interseção entre deficiência e sexualidade cria um cenário de maior exposição ao risco e menor acesso à proteção. Rizzo e Gonçalves (2022); Gonçalves e Barbosa (2020) e Maia, Carvalho e Vilaça (2020) destacam que a falta de acesso à educação sexual estruturada e acessível contribui para essa vulnerabilidade, pois impede que essas pessoas compreendam seus corpos, limites e direitos. A desinformação e a infantilização reforçam a dependência em relação a terceiros, dificultando a identificação de abusos e a busca por ajuda. Esse contexto cria um ciclo de invisibilização da violência, no qual a sexualidade das pessoas com deficiência só é reconhecida quando há a percepção de risco, mas sem medidas efetivas para a prevenção e o fortalecimento de sua autonomia.

O artigo de Faria (2024) que tem como foco mulheres com Síndrome de Down expõe como o controle sobre a sexualidade feminina com deficiência intelectual está relacionado ao medo da violência sexual. Muitas dessas mulheres têm sua sexualidade restringida por meio da imposição de métodos contraceptivos sem consentimento informado e da vigilância familiar, o que, em vez de protegê-las, limita sua autodeterminação. Da mesma forma, Marafon e Piluso (2021) analisam como pessoas trans com

deficiência enfrentam um risco ainda maior de violência sexual, uma vez que estão sujeitas a múltiplas formas de discriminação e exclusão social. A negação de sua identidade de gênero, aliada à falta de suporte institucional, as coloca em situações de vulnerabilidade acentuada, tanto no ambiente doméstico quanto em instituições de acolhimento e saúde. Dessa forma, a sobreposição de deficiência e identidade de gênero cria um cenário no qual a violência sexual se torna mais frequente e menos denunciada.

Além de expor a vulnerabilidade das pessoas com deficiência à violência sexual, os artigos analisados também apontam a necessidade de estratégias preventivas e de suporte. O estudo sobre educação sexual em Portugal, de Maia, Carvalho e Vilaça (2020) revela que a formação inadequada de professores resulta na omissão do tema, perpetuando a falta de informação e a exposição ao risco. Já a pesquisa sobre a sexualidade de pessoas surdas com deficiência intelectual, estudo de Rizzo e Gonçalves (2022), reforça que a acessibilidade da informação é essencial para fortalecer a autonomia e a capacidade de denúncia dessas pessoas. Em ambos os casos, a ausência de uma abordagem inclusiva da sexualidade contribui para a perpetuação da violência. Portanto, os estudos indicam que a educação sexual acessível, a criação de redes de apoio e a desconstrução da infantilização das pessoas com deficiência são medidas fundamentais para reduzir a vulnerabilidade e garantir o direito a uma sexualidade segura e autônoma.

O processo de restrição de informações efetiva o público com deficiência ao processo de vulnerabilidade, no qual, estarão sujeitos a compreensão reduzida, limitação de uma vida mais saudável, uma vivência mais adequada da própria sexualidade, no caso das mulheres, a exposição a métodos contraceptivos sob os interesses de terceiros, e de forma geral exposição a outras violências. Situação que constitui o processo de negligência, estabelecido na violação do direito à sexualidade (Zaenz; Mora, 2019; Zuin; Leão; Danari, 2022).

- *Educação Sexual para Pessoas com Deficiência*

A educação sexual para pessoas com deficiência é um elemento essencial para a promoção da autonomia e da prevenção de abusos, mas ainda enfrenta barreiras significativas, conforme apontam os artigos analisados. Rizzo e Gonçalves (2022) destacam que a restrição de acesso a informações sobre a sexualidade contribui para a desinformação e para a dependência dessas pessoas em relação a terceiros. Esse contexto reforça a infantilização e a negação da vivência sexual plena, especialmente no caso de pessoas surdas com deficiência intelectual, que muitas vezes não recebem materiais ou abordagens adequadas às suas necessidades, sejam comunicacionais ou cognitivas. Para além, identificaram a superproteção dos familiares como elemento que conduz à negação da sexualidade, produzindo fragilidade na educação sexual refletida na inabilidade dos participantes do estudo, pessoas com deficiência intelectual com a temática sexualidade.

De forma semelhante, Maia, Carvalho e Vilaça (2020) ao analisar a realidade da educação sexual para alunos com deficiência em Portugal concluem que a falta de preparo dos docentes dificulta a abordagem do tema de maneira eficaz. Em ambos os casos, a ausência de uma educação sexual estruturada resulta em lacunas que limitam a compreensão da própria sexualidade e o exercício da autonomia.

O artigo de Faria (2024) sobre mulheres com Síndrome de Down reforça a importância da educação sexual ao demonstrar que a falta de informação contribui para a interdição da sexualidade e para o controle excessivo exercido por familiares e profissionais da saúde. Muitas dessas mulheres são submetidas à imposição de métodos contraceptivos sem consentimento informado, justamente porque não tiveram acesso a uma formação que lhes permitisse compreender e gerir sua própria sexualidade. A ausência de educação sexual não apenas limita a autodeterminação, mas também amplia a vulnerabilidade a

situações de violência e exploração. Já Marafon e Piluso (2021) destacam que, no caso de pessoas trans com deficiência, a falta de acesso a informações sobre identidade de gênero e diversidade sexual agrava a marginalização e dificulta o reconhecimento de direitos.

Nesse sentido, o processo licitatório de informações e principalmente orientação em um processo de educação sexual inclusiva para pessoas com deficiência e a sociedade em geral, esse público com deficiência permanecerá com o enfrentamento de obstáculos ainda maiores para afirmar sua identidade e reivindicar sua autonomia sexual e afetiva. De forma geral, os artigos indicam que a ausência dessa educação sexual perpetua estereótipos, amplia a vulnerabilidade e restringe a autonomia das pessoas com deficiência.

De todo modo, também apontam caminhos para a superação desse cenário em diferentes contextos, em especial no contexto escolar através da capacitação de professores, da produção de materiais acessíveis, ou seja, da inclusão da temática em espaços educacionais e também familiares, como apresentado por Maia, Carvalho e Vilaça (2020). Além deste, o estudo de Rizzo e Gonçalves (2022) reforçam que a acessibilidade da informação deve considerar diferentes formas de comunicação, como a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e materiais adequados para necessidades de pessoas com deficiência intelectual, dentre outras especificidades.

A educação sexual, quando abordada de forma inclusiva e respeitosa, torna-se uma ferramenta essencial para que pessoas com deficiência possam compreender sua sexualidade, estabelecer limites e exercer seu direito ao prazer e à afetividade com autonomia e segurança.

- *Autonomia e Direito*

A sexualidade é um campo limitado, especialmente quando se refere às pessoas com deficiência. Nesse sentido, o

conhecimento sobre a temática para obter poder de decisões e controle sobre o corpo tornam-se, em muitas situações, parte de atividades de terceiros.

Nessa consideração, os artigos analisados indicam ainda a existência de barreiras significativas. Essas limitações restringem a vivência plena da sexualidade, reforça a dependência para a tomada de decisões que exige um processo mais individual. Apesar dessas dificuldades, os textos também apontam estratégias para garantir o direito ao prazer a partir do conhecimento adequado sobre a sexualidade, dentre os quais, demonstram como essencial informação acessível para as diferentes necessidades e a desconstrução de estereótipos, essenciais para a promoção da autonomia.

Dentre os aspectos, a invisibilização da sexualidade das pessoas com deficiência é um dos principais fatores que comprometem sua autonomia, como demonstram os artigos sobre a educação sexual em Portugal de Maia, Carvalho e Villaça (2020) e sobre a sexualidade de pessoas surdas com deficiência intelectual, Rizzo, Gonçalves (2022), além de Bilhete et al (2020). A falta de informação estruturada impede que essas pessoas compreendam seus desejos e limites, dificultando a tomada de decisões conscientes sobre sua vida afetiva. No caso da educação formal, muitos professores não possuem preparo para abordar o tema, o que perpetua lacunas formativas e reforça a ideia de que a sexualidade das pessoas com deficiência não deve ser discutida. De maneira similar, quando a informação não é acessível, indivíduos com deficiência intelectual ou surdez encontram dificuldades para expressar suas vontades e reconhecer seu direito ao prazer, perpetuando um ciclo de negação e vulnerabilidade.

Outro aspecto abordado nos artigos é o controle sobre os corpos e a negação da autonomia sexual, especialmente para mulheres com deficiência intelectual e pessoas trans com deficiência. O artigo sobre mulheres com Síndrome de Down. Faria (2024) evidencia como a medicalização e a imposição de

métodos contraceptivos sem consentimento são causa da restrição à sua vivência afetivo-sexual. Já o estudo sobre transgeneridade e deficiência, Marafon e Piluso (2021) destacam que essas pessoas enfrentam um duplo controle em decorrência da deficiência e por esses corpos fugirem da medida de normalidade adotada no meio social. Nestes casos, a busca pelo direito ao prazer está diretamente relacionada ao reconhecimento da identidade e à superação da infantilização e do controle reprodutivo.

No entanto, os textos também mostram que a construção de redes de apoio e o acesso à informação adequada são fundamentais para promover a autonomia sexual das pessoas com deficiência para que possam exercer sua sexualidade de maneira plena e consciente.

Considerações finais

A presente pesquisa evidencia que a sexualidade das pessoas com deficiência permanece um tema marginalizado, atravessado por barreiras sociais, culturais e institucionais que dificultam o reconhecimento da sexualidade como um direito fundamental para o desenvolvimento. Os estudos demonstram que o processo de infantilização, o capacitismo e a omissão da educação sexual perpetuam a visão estereotipada e limitante da sexualidade dessas pessoas, pressuposto da restrição da autonomia e qualidade de vida do público com deficiência.

A análise das produções científicas permitiu identificar um tratamento padronizado a partir do controle da sexualidade das pessoas com deficiência que ocorre por meio da omissão, da vigilância e da interdição, situação que impacta na formação identitária e na vivência da sexualidade. O receio no meio social sobre o desenvolvimento sexual desse público gera um silenciamento que os priva de informações essenciais para o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos, tornando-os mais vulneráveis às diferentes violências ao longo da vida.

Outro ponto central é a deficiência da formação de profissionais da educação e da saúde em relação à sexualidade das pessoas com deficiência. Esse ponto contribui fortemente para a manutenção do tabu e da exclusão desse tema em currículos escolares e serviços especializados. A ausência de políticas públicas reforça essa lacuna e dificulta ainda mais a implementação de estratégias para a abordagem acessível da sexualidade.

Os desafios identificados nesta pesquisa apontam para a necessidade urgente de investimentos, em específico, programas de educação sexual para o alcance das necessidades das pessoas com deficiência, bem como a capacitação de profissionais e o planejamento e disponibilização de materiais acessíveis sobre o tema. Além disso, é fundamental que haja um esforço coletivo para desconstruir concepções que negam, omitem ou controlam a sexualidade dessas pessoas, de maneira a construir uma cultura de respeito, autonomia e inclusão sobre as diferentes necessidades, inclusive no campo sexual.

Por fim, a pesquisa destaca a importância de um olhar interseccional sobre a temática, considerando as especificidades de gênero, identidade e tipo de deficiência na abordagem da sexualidade. O reconhecimento da diversidade entre as pessoas com deficiência para desenvolver um caminho em que possibilite a todas as pessoas que suas vivências sejam respeitadas e contempladas nas discussões sobre direitos sexuais e reprodutivos.

Referências

BILHANTE, A. V. M.; FIGUEIRA, L. M. A.; LOPES, S. V. M. U.; VILAR, N. B. S.; NÓBREGA, L. R. M.; POUCHAIN, A. J. M. V. “Eu não sou um anjo azul”: a sexualidade na perspectiva de adolescentes autistas. **Ciência & Saúde Coletiva**, 26 (2), 417-423, 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/CLJhwP677n6865nSVZW78hf/>.

Acesso em: 2 fev. 2025.

CARVALHO, A. N. L.; SILVA, J. P. Representações Sociais de Universitários com Deficiência Física sobre a Sexualidade das pessoas com deficiência. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, 2020, v. 3. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/54343>. Acesso em: 20 fev. 2025.

DANTAS, T. C.; SILVA, J. S. S.; CARVALHO, M. E. P. Entrelace entre gênero, sexualidade e deficiência: uma história feminina de rupturas e empoderamento. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 20, n. 4, p. 555-568, Out.-Dez., 2014.

Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbee/v20n4/1980-5470-rbee-20-4-00555.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2025.

DENARI, F. E. Adolescência & deficiência mental: desvendando aspectos de afetividade e sexualidade. In. MARTINS, A. R.S. et al. (Org.). **Inclusão: compartilhando saberes**. Petrópolis: Vozes, 2006.

FARIA, M. D. de. De quem é esse corpo? A sexualidade de mulheres com Síndrome de Down. **Revista Estudos Feministas**, v. 32, n. 1, 2024. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/XgKjtsNXqqSftdXDD9wdjrh/>.

Acesso em: 7 fev. 2025.

FIGUEIRÓ, M. N. D. Formação de educadores sexuais: adiar não é mais possível. Campinas: **Mercado de Letras**; Londrina: EDUEL, 2006. Disponível em:

https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/161. Acesso em: 3 fev. 2025.

GIL, A. C. Método e técnicas de pesquisa social. 7ª ed., São Paulo, Atlas, 2019.

GONÇALVES, Josiane Peres; BARBOSA, M. M. F. Opiniões de mães e profissionais sobre a sexualidade de pessoas com deficiência intelectual. *Revista Exitus*, Santarém/PA, v. 10, p. 1-30,

2020. Disponível em:

<https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistaexitus/article/view/1143/634>. Acesso em: 10 jan. 2025.

MAIA, A. C. B; CARVALHO, L. R. S de; VILAÇA, T. Educação sexual para alunos/as com deficiência em Portugal: indícios de uma formação docente precária. **Revista de Educação, Ciência e Cultura**, v. 27, n. 3, 2022. Disponível em:

<https://periodicos.ufv.br/reves/article/view/9625/5314>. Acesso em: 7 fev. 2025.

MARAFON, G.; PILUSO, R. Criações e transgressões no diálogo entre transgeneridade e deficiência: “entre travas e rodas”.

Educação em Análise, v. 6, n. 1, 2021. Disponível em:

<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/educanalise/article/view/41113>. Acesso em: 7 fev. 2025.

PAGE, M.J. et al. The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. **BMJ**, 372(71), 2021.

RIZZO, J. G. de S.; GONÇALVES, J. P. A (in)visibilidade da sexualidade da pessoa surda associada a deficiência intelectual: um estudo de caso na APAE. **Educação, Ciência e Cultura**, v. 27, n. 3, 2022. Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.18316/recc.v27i3.7829>. Acesso em: 8 fev. 2025.

SOARES, R. L.; CARVALHO, A. S. Entre corpos e interdições: discutindo sexualidade dos sujeitos com deficiência física e/ou cognitiva. **Educação, arte e inclusão**, v. 16, nº 1. Janeiro/março de 2020. Disponível em:

<https://periodicos.udesc.br/index.php/arteinclusao/article/view/13474>. Acesso em: 15 fev. 2025.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

ZUIN, L. F.; LEÃO, A. M. de C.; DENARI, F. E. Sexualidade e Deficiência Intelectual: Estigmas e Preconceitos. **Revista Apae Ciência**, v. 18 n. 2 - jul/dez - 2022. Disponível em:

<https://apa-ciencia.org.br/index.php/revista/article/view/370>.
Acesso em: 2 fev. 2025.

Estudos sobre Deficiência e Sexualidade no CBEE: uma análise bibliométrica

Cláudia Tammy da Cruz Abreu¹

Jeanny Monteiro Urquiza²

Patrick Langreny Simitan³

Introdução

Ao reconhecer que a sexualidade é uma parte constituinte da vida de todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas, podemos combater o estigma e a discriminação, e criar um ambiente mais acolhedor e seguro para todos. A repressão sexual é um problema social que afeta em maior proporção as pessoas em situação de vulnerabilidade, que sofrem com estigmas, silenciamento e invisibilização. Nesse contexto, encontram-se as pessoas com deficiências, que vivenciam na expressão da sexualidade, bem como em outras dimensões de suas vidas, a incompreensão, o não-pertencimento, o descrédito e o preconceito.

São consideradas pessoas com deficiência aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as

¹ Mestra em Letras pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Doutoranda em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos (PPGEEs/UFSCar). E-mail: claudia@estudante.ufscar.br.

² Mestra em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Doutoranda em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos (PPGEEs/UFSCar). E-mail: urquiza.jeanny@gmail.com.

³ Graduado em Engenharia Ambiental pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Mestrando em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos (PPGEEs/UFSCar). E-mail: patrick.simitan@estudante.ufscar.br.

demais pessoas (APA, 2014). As pessoas com deficiência possuem direito, garantido por lei, de acesso à comunicação, à autonomia, à participação social, bem como o respeito às suas preferências e de sua família (Brasil, 2015). É preciso entender que a sexualidade é uma experiência complexa e individual, e que cada pessoa, com ou sem deficiência, tem o direito de vivenciá-la de forma autêntica.

É essencial que a sexualidade da pessoa com deficiência seja esclarecida, orientada e vivenciada de forma inclusiva, integral e humana, e não mais estigmatizante, buscando dessa forma, a promoção de uma melhor qualidade de vida (Nicolau, Schraiber e Ayres, 2013). Quando falamos em estigmas e estereótipos relacionados à deficiência, é necessário apontar que a incapacidade é uma ideia construída socialmente, nascida do pensamento de que ser deficiente é ser incapaz em todas as áreas da vida, incluindo na expressão da sexualidade (Maia e Ribeiro, 2010).

É preciso que a sociedade se abra para as necessidades específicas desse grupo. No que tange à sexualidade, trata-se de um direito ao conhecimento, à autoimagem e às escolhas relacionadas ao funcionamento do próprio corpo, um aspecto fundamental da construção da individualidade (Dantas, 2014). O conhecimento das pessoas com deficiência sobre a sexualidade, parte importante do processo de amadurecimento, costuma ser atravessado por visões preconceituosas e restritivas, baseadas em ideias, convicções e expectativas que os retratam como incapazes, frágeis e vulneráveis. A discussão sobre sexualidade e direitos reprodutivos de pessoas com deficiência ainda é limitada e precisa ser ampliada. As dificuldades enfrentadas para buscar autonomia por meio da inclusão e participação social estão diretamente ligadas ao cumprimento dos direitos dessa população, incluída a vivência da sexualidade (Soares, Moreira e Monteiro, 2008).

É fundamental desconstruir preconceitos e criar espaços para que todos possam exercer plenamente sua cidadania, independentemente de suas condições, além de acesso a uma educação sexual mais inclusiva, que leve em consideração as necessidades e os interesses de jovens e adultos com deficiência, além da criação de espaços seguros para discutir a sexualidade, e o oferecimento de suporte às famílias nesse processo (Albuquerque, 2017). A conscientização sobre a vivência da sexualidade na deficiência é fundamental para promover a inclusão e o respeito à diversidade, e a produção e a divulgação do conhecimento científico sobre a temática tem muito a contribuir para o avanço nessas discussões (Souza et. al, 2024).

Dentre os eventos acadêmicos de maior relevância na área de Educação Especial no Brasil, desponta o Congresso Brasileiro de Educação Especial (CBEE), um encontro bienal organizado em regime de cooperação pela Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial (ABPEE) e pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Especial (PPGEEs) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), referência em promover a divulgação de pesquisas nacionais e internacionais pertinentes ao atendimento do público da Educação Especial (Brasil, 1996).

O CBEE teve sua primeira edição no ano de 2003, sediada no *Campus* da UFSCar, assim como as nove edições seguintes, nos anos de 2005, 2008, 2010, 2012, 2014, 2016, 2018, 2021 e 2023⁴. Esse evento atrai um número expressivo de pesquisadores a nível nacional e internacional, que produzem trabalhos nas diversas frentes da Educação Especial, possibilitando tanto quanto o compartilhamento de seus saberes e práticas, como a construção de novos conhecimentos. Dentre outras temáticas, o CBEE contou, a partir de sua 4ª edição, com o eixo “Sexualidade e afetividade de pessoas público-alvo da educação especial”, sendo renomeado

⁴ A 9ª edição do CBEE, que era prevista para novembro de 2020, foi adiada devido à Pandemia da Covid-19, ocorrendo remotamente em novembro de 2021.

como “Diversidade de Gênero e Sexualidades na Perspectiva Sociobiopsicológica” a partir de sua 9ª edição (Galoá, 2023).

A contextualização dessas reflexões conduz-nos às seguintes questões de pesquisa: como a intersecção entre deficiência e sexualidade vem sendo metodologicamente abordada na produção científica do CBEE em suas cinco últimas edições?; quais participantes são mais investigados nessas produções?; os trabalhos apresentados no CBEE apresentam intervenções junto ao público em questão?; os resultados propostos têm sido alcançados?; e, quais ramos da ciência vêm pesquisando esse tema?

Desse modo, esta pesquisa tem por objetivo analisar e descrever, com base em parâmetros bibliométricos, como os trabalhos publicados sobre deficiência e sexualidade vem se apresentando em termos metodológicos. A relevância desta pesquisa nasce da necessidade de compreender o panorama metodológico das publicações sobre a intersecção entre deficiência e sexualidade, possibilitando a visualização de lacunas, tendências e áreas de maior interesse na produção científica sobre a temática.

Método

O presente estudo, de caráter quanti-qualitativo, utilizou as pesquisas descritiva e a bibliométrica para analisar e descrever as produções relacionadas ao tema sexualidade e deficiência, publicadas nas últimas cinco edições do CBEE. A pesquisa descritiva serve à descrição das particularidades de um fenômeno (Gil, 2002), enquanto a Bibliometria analisa a atividade científica de uma determinada área por meio de parâmetros específicos, conhecidos como indicadores bibliométricos (Hayashi *et al.*, 2007; Hayashi; Gonçalves, 2018).

Nesse contexto, é importante ressaltar que a análise bibliométrica pode empregar diversos indicadores para mensurar

a relevância, o impacto e a visibilidade de um campo científico e de sua produção (Hayashi, 2013). Para este estudo, foram selecionados os seguintes indicadores: a) natureza dos trabalhos; b) abordagens de pesquisa; c) participantes; d) locais de pesquisa; e) instrumentos; e f) resultados das produções.

A coleta de dados foi realizada nos anais eletrônicos das cinco edições mais recentes do CBEE, abrangendo os anos de 2014, 2016, 2018, 2021 e 2023. Para isso, foi empreendida uma busca independente com o uso dos radicais das palavras sexualidade (sex*) e deficiência (defici*), a fim de que fosse contemplada toda produção pertinente à temática em questão. A seleção dos trabalhos ocorreu mediante a leitura dos títulos, resumos e dos textos na íntegra.

No total, foram coletados n= 3.824 trabalhos dos anais do CBEE (entre apresentações orais e pôsteres), dos quais n= 3.811 foram excluídos por não abordarem a sexualidade e deficiência. A Figura 1 ilustra o fluxograma de busca e seleção de trabalhos.

Figura 1 – Fluxograma de busca e seleção dos trabalhos no CBEE

Estratégia de busca	
1ª etapa: Levantamento de produções sobre sexualidade e deficiência nos anais do CBEE de 2014, 2016, 2018, 2021 e 2024, com o uso dos radicais sex* e defici*	
Total de trabalhos: n= 3.824	Excluídos: n= 3.811
2ª etapa: Leitura de títulos, resumos e dos trabalhos na íntegra sobre sexualidade e deficiência	
Corpus final: n= 13	

Fonte: Elaborado pelos autores com base no levantamento realizado nos anais do CBEE.

Resultados e Discussão

Os trabalhos sobre sexualidade e deficiência (n=13) representam 0,33% de toda produção do CBEE no período investigado. A ínfima quantidade de investigações publicadas

indica que a intersecção entre sexualidade e deficiência não vêm recebendo atenção na literatura acadêmica do evento analisado.

Cumprе evidenciar, também, que essa pequena amostra obtida pode comprometer a generalização dos resultados, uma vez que eles não podem ser aplicados para compreender uma ampla gama de questões relacionadas à sexualidade da população com deficiência. Isso significa que os achados deste estudo não capturam, suficientemente, as características, os problemas, as necessidades e as propostas mais/menos eficazes para a vida sexual das pessoas com deficiência. Sendo assim, outros trabalhos precisam ser elaborados no âmbito dessa temática para fins de ampliação das discussões.

Isto posto, as $n=13$ produções atinentes à sexualidade e deficiência serão apresentadas abaixo, conforme os indicadores bibliométricos selecionados por este estudo: a) natureza dos trabalhos; b) abordagens de pesquisa; c) participantes; d) locais de pesquisa; e) instrumentos; e f) resultados das produções.

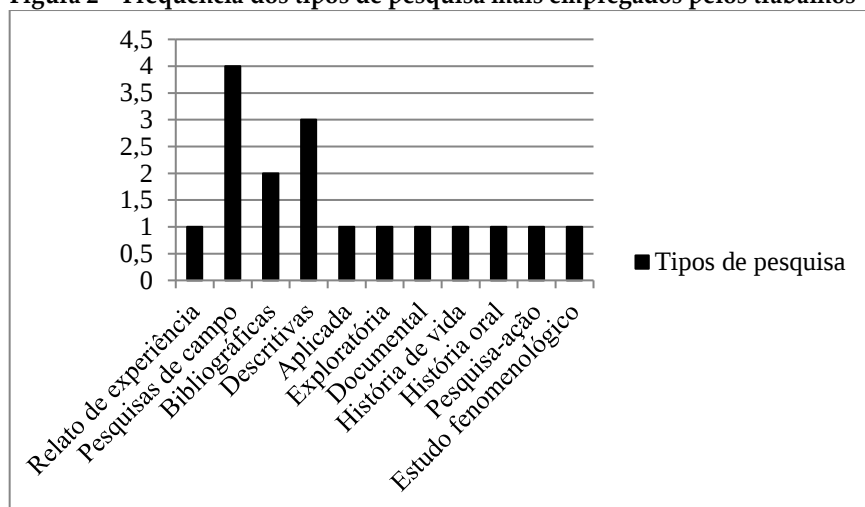
Naturezas dos trabalhos

Em relação à natureza dos trabalhos, verificou-se que todos eles se caracterizam como pesquisa qualitativa. Vale ressaltar que esse delineamento possibilita uma compreensão mais profunda e detalhada de certos fenômenos, a partir de uma perspectiva mais subjetiva (Holanda, 2006).

Por conseguinte, a escolha pela pesquisa qualitativa pode ser justificada pela complexidade do tema investigado, pois, os trabalhos analisados propuseram-se a abordar um universo de representações sociais e de significados atribuídos pelos participantes às situações pertinentes à sexualidade e deficiência.

Quanto à definição metodológica, observou-se que as produções variam em termos de possibilidades, classificando-se⁵ em relato de experiência; pesquisa de campo; bibliográfica; descritiva; aplicada; exploratória; documental; história de vida; história oral; pesquisa-ação; e estudo fenomenológico. Como foi notada a incidência de trabalhos que se enquadram em mais de uma tipologia, optou-se por apresentar a frequência com que elas aparecem nas produções (Figura 2):

Figura 2 – Frequência dos tipos de pesquisa mais empregados pelos trabalhos



Fonte: Elaborados pelos autores, com base nos dados extraídos do *corpus* do CBEE.

A predominância de pesquisas de campo (n=4) e descritivas (n=4) pode ser explicada pelo fato de que esses tipos de estudo servem para salientar as particularidades de um fenômeno em termos de profundidade (como o tema vem sendo tratado) e de estabelecimento de relações entre variáveis (Gil, 2002). Desse

⁵ Convém esclarecer que alguns trabalhos exibiram claramente as suas definições metodológicas, enquanto outros não apresentaram essas informações de forma explícita. Para a classificação desses últimos, utilizou-se o referencial teórico de Gil (2002).

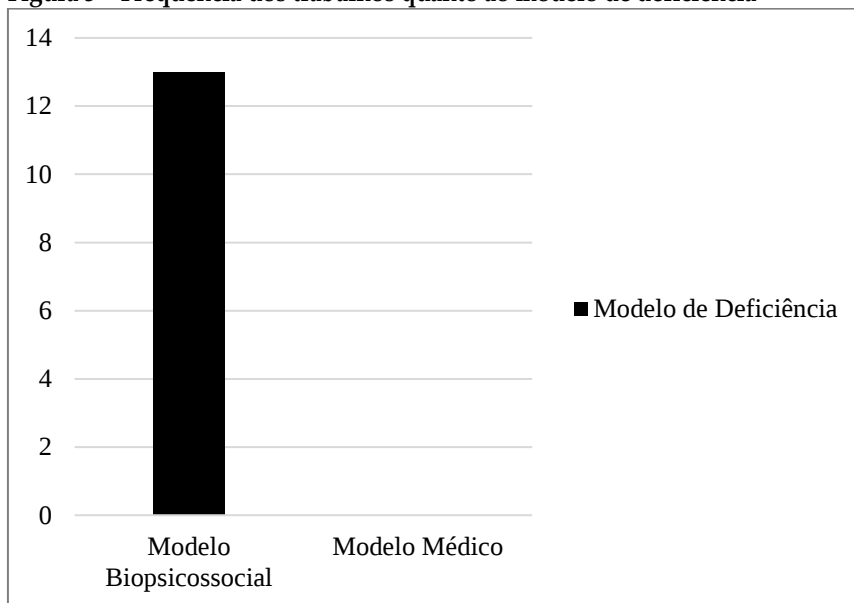
modo, algumas produções buscaram evidenciar, de forma aprofundada, a percepção dos participantes a respeito da sexualidade e deficiência por meio da pesquisa de campo; outras, de modo geral, assumiram delineamento descritivo para estabelecer relações entre variáveis dependentes (as questões sexuais e deficiência) às independentes (concepções de participantes).

Abordagens de Pesquisa

No que concerne à área de conhecimento que ambienta as produções sobre a convergência entre deficiência e sexualidade no período analisado, constatou-se que todos os trabalhos (n=13) estão situados em uma área mais próxima ao âmbito educacional do que ao de estudos da saúde.

Da mesma forma, é perceptível que todas as pesquisas analisadas (n=13) abordam questões relacionadas à sexualidade considerando o modelo biopsicossocial da deficiência, ao invés do modelo médico. O modelo biopsicossocial considera a importância da saúde física e mental, enxergando a pessoa - para além de suas deficiências - em suas dimensões biológica, psicológica e social (Marco, 2006). A Figura 3 demonstra a frequência dos trabalhos sob a temática da sexualidade no evento, em relação aos dois modelos citados.

Figura 3 – Frequência dos trabalhos quanto ao modelo de deficiência



Fonte: Elaborados pelos autores, com base nos dados extraídos do *corpus* do CBEE.

Esse cenário, que demonstra uma sobreposição do interesse de pesquisas na área educacional pelo viés do modelo biopsicossocial, pode ser um reflexo da preocupação crescente em promover a inclusão e o desenvolvimento de pessoas com deficiência no ambiente escolar, sendo a sexualidade uma parte importante do desenvolvimento humano. Os achados confluem ainda para a natureza do evento, situado no campo da Educação Especial.

Participantes

A análise integrada dos dados demográficos e temáticos dos 13 estudos (com 18 ocorrências) revela importantes padrões e lacunas na coleta de informações. Para mensurar a presença dos participantes nas categorias analisadas, foi marcada a ocorrência

“1” quando o estudo tratava do assunto em questão e “0” quando não o fazia.

A distribuição de gênero, calculada em 19 ocorrências, mostra um predomínio de indivíduos do sexo feminino (42,1%; n=8) em relação ao masculino (21,1%; n=4). Contudo, há uma lacuna crítica: 36,8% dos dados não foram reportados ou são não aplicáveis (26,3% “não informou”, n=5 e 10,5% “N/A”, n=2), o que limita análises interseccionais e evidencia a necessidade de maior rigor metodológico na coleta de dados demográficos em futuras pesquisas.

Quanto à faixa etária, analisada em 20 ocorrências, observa-se uma maior concentração em participantes com 36 anos ou mais (20,0%; n=4) e na faixa de 11 a 15 anos (15,0%; n=3), enquanto a primeira infância (0 a 5 anos) está ausente (0,0%; n=0) e a faixa de 6 a 10 anos é marginalmente representada (5,0%; n=1). Adicionalmente, 35,0% dos estudos (n=7) omitiram a idade dos participantes, e 5,0% (n=1) a categorizam como “N/A”. Assim, vê-se fragilidades na documentação etária, essenciais para o desenvolvimento de políticas segmentadas por ciclo de vida.

Na análise dos tipos de deficiência ou necessidades específicas (base: 17 ocorrências), a deficiência intelectual é a mais investigada (29,4%; n=5), seguida por deficiência física e visual (11,8% cada; n=2). Em contraste, condições como o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a surdez apresentam representação residual (5,9% cada; n=1), e nenhum estudo abordou “Outras Deficiências” (0,0%; n=0). A baixa representatividade de diagnósticos como TEA, associada a 11,8% de dados não informados ou não aplicáveis (n=2 cada), evidencia um viés temático que prioriza determinadas condições, limitando a compreensão das necessidades educacionais diversificadas.

Por fim, o perfil dos participantes, considerando 21 ocorrências, evidencia a predominância de professores (33,3%; n=7), seguidos por alunos (23,8%; n=5) e familiares (14,3%; n=3), enquanto a categoria “profissionais” corresponde a 9,5% (n=2),

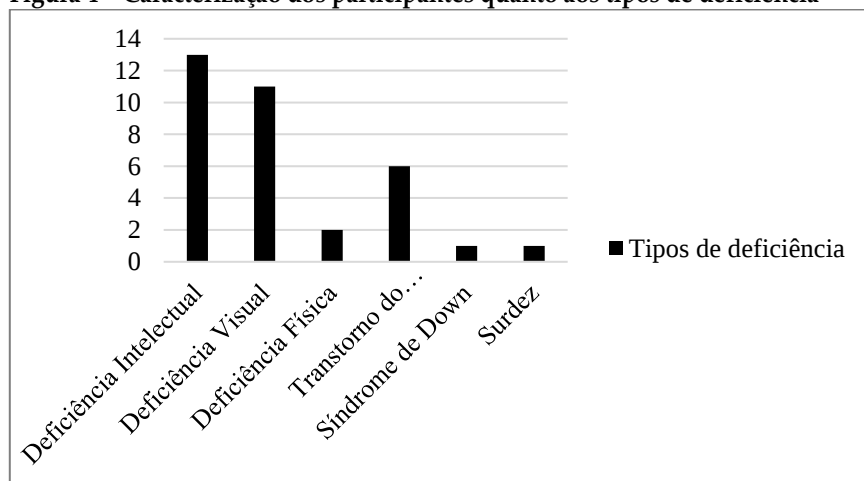
com 14,3% (n=3) dos dados não informados e 4,8% (n=1) classificados como N/A. Essa centralidade da perspectiva docente contrasta com a escassa representação de familiares e demais atores, sugerindo barreiras metodológicas na coleta de dados de grupos essenciais para a construção de práticas educativas inclusivas. Por outro lado, é possível inferir que as pesquisas atuais têm se concentrado na preparação dos professores para atuar nesse campo.

Detalhando os participantes, a amostra consolidada, composta por 13 estudos (excluindo o estudo documental de Colombo e Denari, 2023), totalizou 133 participantes para as categorias de gênero e profissão, e 130 para as demais variáveis, em razão da contribuição parcial de Chagas e Redig (2023), cujos dados quantificáveis restringem-se a três professoras. A distribuição de gênero evidencia uma predominância de participantes do sexo feminino (30,1%; n=40) em comparação ao masculino (6,8%; n=9), com 63,2% dos registros não informando essa variável (n=84), o que evidencia lacunas críticas na transparência demográfica. Em relação à faixa etária, 83,1% dos registros (n=108) não informaram a idade dos participantes. Dos dados disponíveis, a maior concentração ocorreu em indivíduos com 36 anos ou mais (6,9%; n=9) e na faixa de 11 a 15 anos (6,2%; n=8), enquanto a categoria de 6 a 10 anos apresentou representação mínima (0,8%; n=1) e nenhum estudo reportou participantes na primeira infância (0-5 anos). A elevada proporção de registros “não informado” (83,1%) impede conclusões definitivas sobre a distribuição etária real.

Quanto aos tipos de deficiência, a deficiência intelectual foi a mais reportada (10,0%; n=13), seguida por deficiência visual (8,5%; n=11) e deficiência física (1,5%; n=2). Condições como o Transtorno do Espectro Autista (4,6%; n=6), Síndrome de Down (0,8%; n=1) e Surdez (0,8%; n=1) foram pouco representadas, e 8,5% dos registros (n=11) foram classificados como “Não informado”, ou seja, o tipo de deficiência não foi especificado.

Ademais, 65,4% dos casos (n=85) foram marcados como “Não se aplica”, categoria que inclui pais, professores e profissionais provavelmente sem deficiência, e que, por essa razão, foram excluídos das análises relativas aos tipos de deficiência. Essa relação é descrita na Figura 4, a seguir:

Figura 4 – Caracterização dos participantes quanto aos tipos de deficiência



Fonte: Elaborados pelos autores, com base nos dados extraídos do *corpus* do CBEE.

No que diz respeito ao perfil dos participantes, 59,4% (n=79) são professores, seguidos por alunos (18,0%; n=24), familiares (9,0%; n=12) e profissionais (1,5%; n=2), com 12,0% dos dados não informados (n=16). Essa distribuição demonstra o foco nos professores na literatura, mas evidencia a baixa representatividade de familiares e outros profissionais, reforçando a necessidade de aprimorar a coleta de dados e ampliar a inclusão de grupos diversos.

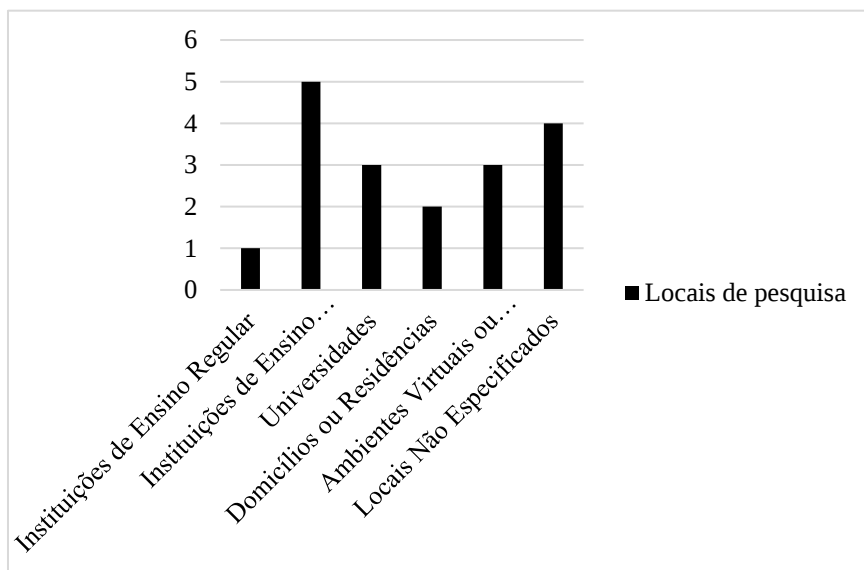
Locais de pesquisa

A análise dos 13 estudos incluídos na revisão revelou 18 ocorrências de categorização, o que indica que alguns trabalhos

foram classificados em mais de um contexto (Batista e Denari, 2023; Pinheiro e Zanfelicci, 2018; Theodoro e Costa, 2023; Colombo e Denari, 2023; Chagas e Redig, 2023). A distribuição mostra que Instituições de Ensino Especializado concentram a maior parcela, representando 27,8% dos estudos (n=5), com contribuições de Papim (2016), Pinheiro e Zanfelicci (2018) e trabalhos recentes de Mercês et al. (2023), Theodoro e Costa (2023) e Colombo e Denari (2023). Em contraste, Instituições de Ensino Regular figuram em apenas 5,6% da amostra (n=1), conforme o único estudo de Batista e Denari (2023), sugerindo uma evidente lacuna na literatura acerca das práticas educativas nesse contexto.

Universidades e Ambientes Virtuais ou Remotos apresentaram proporções idênticas, ambas com 16,7% (n=3); os primeiros incluem pesquisas de Oliveira, Bezerra e Duarte (2018) e Farias (2018; 2023), enquanto os segundos englobam os estudos de Theodoro e Costa (2023), Chagas e Redig (2023) e Colombo e Denari (2023). Adicionalmente, Domicílios ou Residências corresponderam a 11,1% (n=2), com estudos de Pinheiro e Zanfelicci (2018) e Batista e Denari (2023), o que reforça a interação entre espaços formais e informais de aprendizagem. O panorama descrito pode ser observado na Figura 5:

Figura 5 – Distribuição quantitativa dos locais de pesquisa



Fonte: Elaborados pelos autores, com base nos dados extraídos do *corpus* do CBEE.

Destaca-se, ainda, a expressiva presença de Locais Não Especificados (22,2%; $n=4$), incluindo trabalhos de Vasconcelos et al. (2014), Silva et al. (2014), Chagas e Redig (2023) e Rahme e Pereira (2016), o que limita a generalização dos achados devido à ausência de contextualização espacial detalhada.

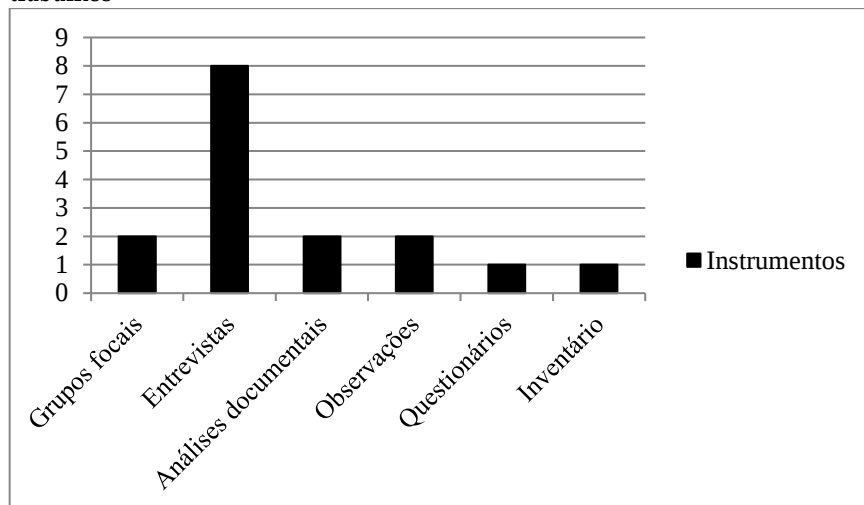
Instrumentos

Observou-se que, além do uso de um único instrumento por algumas publicações ($n=10$), outras ($n=3$) combinaram duas ou mais estratégias para garantir um aprofundamento dos dados. Essa utilização múltipla de instrumentos é denominada por Santos *et al.* (2020) como triangulação intramétodo, que envolve diferentes procedimentos (sejam eles instrumentos, métodos, e/ou tipos de pesquisa) para possibilitar tanto a observação de um

fenômeno por diferentes ângulos quanto a garantia de maior rigor metodológico ao estudo.

À vista disso, a Figura 6 exibe a frequência dos tipos de instrumentos mais utilizados pelos trabalhos.

Figura 6 – Frequência dos tipos de instrumentos mais utilizados pelos trabalhos



Fonte: Elaborados pelos autores, com base nos dados extraídos do *corpus* do CBEE.

As informações acima revelam que as entrevistas (n=8) foram o instrumento mais utilizado pelos trabalhos. As entrevistas obtêm uma gama maior de conteúdo sobre determinado tema para captar as explicações e interpretações a respeito do fenômeno investigado (Gil, 2002) e, por isso, entende-se que elas foram majoritariamente empregadas para apreender os sentidos atribuídos pelos participantes à sexualidade e deficiência.

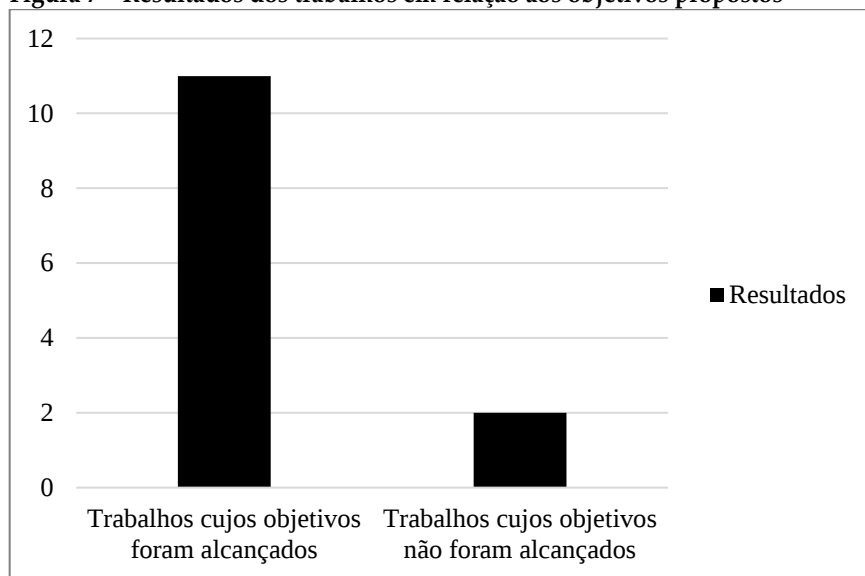
Resultados das Produções

Dentre os trabalhos analisados, um total de 46,15% (n=6) despontaram com contribuições significativas para o avanço no

campo de pesquisa no qual estão inseridos. Em meio a esses avanços, destacam-se a criação de um software para mediação pedagógica, a criação de um inventário de habilidades em sexualidade, e os debates acerca da infantilização de adolescentes com Transtorno do espectro Autista (TEA), da afetividade e da sexualidade, e das questões envolvendo gênero, capacitismo e deficiência.

Um exame dos resultados possibilitou ainda a apreensão do número de pesquisas ao final das quais os objetivos propostos por seus autores foram alcançados. Foi possível constatar que 84,6% das produções (n=11) atingiram os objetivos aos quais seus estudos haviam se proposto, conforme pode ser visto na Figura 7:

Figura 7 – Resultados dos trabalhos em relação aos objetivos propostos



Fonte: Elaborados pelos autores, com base nos dados extraídos do *corpus* do CBEE.

Os dados obtidos no *corpus* analisado revelam um panorama promissor, como a porcentagem expressiva de trabalhos alcançando os objetivos e avançando em descobertas e debates.

Entretanto, permanece a necessidade de pesquisas futuras, que promovam a expansão e o aprofundamento do tema.

Considerações finais

As considerações finais deste estudo sintetizam os principais achados e ressaltam as contribuições teóricas e práticas para o campo da Educação Especial. A análise bibliométrica das publicações sobre sexualidade e deficiência no CBEE evidenciou que, apesar do baixo número de trabalhos (0,33% da produção), há contribuições relevantes que aprofundam a compreensão das representações e práticas associadas ao tema. Os resultados demonstraram a predominância de abordagens qualitativas, o que permitiu captar nuances e significados atribuídos pelos participantes, reforçando a necessidade de discussões que dialoguem tanto com a teoria quanto com a prática educacional.

A integração entre os objetivos propostos e os resultados alcançados é clara: o estudo objetivou analisar e descrever os parâmetros metodológicos dos trabalhos e, de fato, evidenciou como as produções se estruturam em termos de abordagens, instrumentos e contextos de pesquisa. Ainda que 84,6% dos estudos tenham atingido os objetivos delineados, a análise aponta para limitações específicas, como a baixa generalização dos achados, decorrente da amostra reduzida e de lacunas na coleta de dados demográficos, aspectos que podem comprometer a abrangência das conclusões.

No tocante às lacunas metodológicas e à crítica à literatura, a investigação identificou fragilidades na definição e transparência dos delineamentos metodológicos, bem como na representatividade dos participantes, especialmente no que se refere à coleta de dados sobre gênero e faixa etária. Essa análise ressalta a necessidade de um rigor maior na aplicação e no registro dos métodos empregados, permitindo que futuras pesquisas possam superar os entraves identificados e ampliar a

compreensão das complexas inter-relações entre sexualidade e deficiência.

Diante desse panorama, emergem sugestões para melhorias e recomendações práticas que visam o aprimoramento metodológico e o fortalecimento das intervenções na área da Educação Especial. Propõe-se que estudos futuros adotem estratégias de triangulação de dados e instrumentos que possibilitem uma abordagem mais ampla e detalhada dos fenômenos, além de incentivar a inclusão de diferentes perspectivas, como as de familiares e outros atores além dos professores. Tais medidas podem contribuir para a criação de práticas mais inclusivas e para o desenvolvimento de políticas educacionais que considerem a diversidade dos contextos investigados.

No que se refere às sugestões para pesquisas futuras, recomenda-se a ampliação do corpus analisado, contemplando outros eventos e fontes de produção científica, a fim de construir um panorama mais robusto e diversificado. Investigações que explorem novas abordagens metodológicas e que abordem questões interseccionais relacionadas à deficiência e à sexualidade poderão oferecer subsídios para a superação das limitações apontadas e promover a geração de conhecimentos que beneficiem tanto a comunidade acadêmica quanto os profissionais do campo.

Por fim, as considerações finais reforçam a relevância do tema para a Educação Especial, destacando a importância de integrar perspectivas teóricas e práticas na promoção da inclusão e equidade. O estudo evidencia desafios significativos, especialmente em termos de rigor metodológico e abrangência das amostras, e convida à reflexão e à ação para que os futuros trabalhos sejam conduzidos com um olhar crítico e ético, contribuindo para o avanço das discussões e práticas que visam à melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência.

Referências

ALBUQUERQUE, P. P. Sexualidade e deficiência intelectual: Um curso de capacitação para pais. **Psicologia Argumento**, [S. l.], v. 29, n. 64, 2017. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/20389>. Acesso em: 10 mar. 2025.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and statistical manual of mental disorders**. Washington, DC: American Psychiatric Association, 2014.

DANTAS, L. E. R. O direito ao corpo e a sexualidade da pessoa com deficiência: um direito da personalidade. **Revista Em Tempo**, [S.l.], v. 12, jan. 2014. Disponível em: <https://revista.univem.edu.br/emtempo/article/view/385>. Acesso em: 10 mar. 2025.

GALOÁ. **Anais do Congresso Brasileiro de Educação Especial (CBEE) - 5ª a 9ª edição**. 2021. Disponível em: https://cbee2021.faiufscar.com/pagina/5809-edi%C3%A7%C3%B5es-anteriores#/. Acesso em: 24 fev. 2025.

GALOÁ. **Anais do X Congresso Brasileiro de Educação Especial (CBEE)**. 2023. Disponível em: <https://proceedings.science/cbee/cbee-2023/trabalhos?lang=pt-br>. Acesso em: 24 fev. 2025.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. *et al.* Um estudo bibliométrico da produção científica sobre a educação jesuítica no Brasil Colonial. **Biblios**, v. 8, n. 27, s/p, 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/161/16102702.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2025.

HAYASHI, C. R. M. Apontamentos sobre a coleta de dados em estudos bibliométricos e cientométricos. **Filosofia e Educação**, Campinas(SP), v. 5, n. 2, p. 89-102, 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8635396>. Acesso em: 24 fev. 2025.

HAYASHI, M. C. P. I.; GONÇALVES, T. G. G. L. Estudo bibliométrico dos balanços da produção científica em Educação Especial na Revista Brasileira de Educação Especial (199-2017). **Rev. Bras. Educ. Espec.**, v. 24, p. 135-152, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/9RjrQ45wHcHfpQWBGxbKgZg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 fev. 2025.

HOLANDA, A. Questões sobre pesquisa qualitativa e pesquisa fenomenológica. **Análise Psicológica**, v. 24, n. 3, p. 363-372. Disponível em: <http://publicacoes.ispa.pt/publicacoes/index.php/ap/article/view/176/pdf>. Acesso em: 24 fev. 2025.

MAIA, A. C. B.; RIBEIRO, P. R. M. Desfazendo mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiências. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v.16, n.2, p.159-176, Mai.-Ago., 2010. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbee/v16n02/v16n02a02.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2025.

MARCO, M. A. Do Modelo Biomédico ao Modelo Biopsicossocial: um projeto de educação permanente. **Revista Brasileira de Educação Médica**. Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, jan/abr. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/63Ck5wPNn4gxyN39SZfCZsv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 mar. 2025.

NICOLAU, S. M.; SCHRAIBER, L. B.; AYRES, J. R. C. M. Mulheres com deficiência e sua dupla vulnerabilidade: contribuições para a construção da integralidade em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 3, 2013. Disponível em:

<https://www.scielo.org/pdf/csc/2013.v18n3/863-872/pt>. Acesso em: 10 mar. 2025.

SANTOS, K. S. *et al.* O uso de triangulação múltipla como estratégia de validação em um estudo qualitativo. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 2, p. 655-664. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/kvr3D7Q3vsYjrFGLNprpttS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 fev. 2025.

SOARES, A. H. R.; MOREIRA, M. C. N.; MONTEIRO, L. M. C. Jovens portadores de deficiência: sexualidade e estigma. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 13, n. 1, 2008. Disponível em: https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csc/v13n1/22.pdf. Acesso em: 10 mar. 2025.

SOUZA, D. C.; SOUSA, A. L.; SILVA, M. A.; FERREIRA, F. S.; HONORATO, E. J. S. Sexualidade e pessoas com deficiência: revisão integrativa da literatura. **Revista Psicologia Política**, Dossiê Psicologia e Políticas da Deficiência: Ativismos, aleijamentos e a luta anticapacitista, v. 24. e23832. 2024. Disponível em: <https://submission-pepsic.scielo.br/index.php/rpp/article/view/23832/1460>. Acesso em: 10 mar. 2025.

As produções audiovisuais para crianças surdas sobre abuso infantil: uma análise de alguns vídeos acessíveis disponíveis no Youtube

Cesar Augusto Girke¹

Ester Chaves Pessoa²

Francyllayans Karla Da Silva Fernandes³

Resumo

Falar sobre sexualidade ainda é um tema delicado para muitas pessoas, especialmente quando se trata de discutir isso com crianças e adolescentes. A crença social de que elas não precisam

¹ Tradutor Intérprete de Língua Brasileira de Sinais. Possui graduação em Letras - Libras pela Universidade Federal de Santa Catarina (2019). Pós graduação em Educação Bilíngue para Surdos pela Faculdade de Tecnologia América do Sul. Atua como Tradutor Intérprete Língua de Sinais no Instituto Federal de Educação de São Paulo Campus São Carlos desde 2018. Mestrado em andamento em Educação Especial (Educação do Indivíduo Especial). Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/5804764287310520>.

² Mestranda em Educação Especial no Programa de Pós Graduação em Educação Especial - PPGEES Universidade Federal de São Carlos UFSCar sendo bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo FAPESP. Graduada em Tradução e Interpretação de Libras/ Língua Portuguesa pela Universidade Federal de São Carlos UFSCar, Membro do Grupo de Pesquisa Educação de surdos/sudocegos e formação de recursos humanos - GP EduSur e do Grupo de Pesquisa Surdez e Abordagem Bilíngue GPSABilíngue. Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/5122490848642863>.

³ Possui Licenciatura em Pedagogia pela UEPB (2012), Letras Libras pela UFPB (2017) e Bacharelado em Psicologia pelo UNIPÊ (2019). Mestra em Educação (PPGE-UFPB, 2021), Doutora em Letras (UFPB) e Doutoranda em Educação Especial (UFSCar). Aprovada no 7º ProLibras Exame Nacional de Certificação em Proficiência na Tradução e Interpretação da Libras-Língua Portuguesa. Atua como professora na Universidade de Pernambuco (UPE) e na Prefeitura Municipal de Lagoa de Dentro-PB. Também exerce atividades como Psicóloga Clínica (CRP-13/9352). Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/9353397533030379>.

ser educadas sobre o próprio corpo tão cedo, ainda perdura, numa tentativa de preservá-las, de alguma forma, em um estado de inocência. No entanto, diversas pesquisas apontam que a violência sexual é uma realidade presente na vida de muitas crianças e adolescentes no Brasil, o que refuta a ideia de que a omissão sobre sexualidade protege de alguma maneira essas crianças. Quando se trata de crianças surdas, essa realidade se torna ainda mais alarmante, pois, muitas vezes, o acesso ao conhecimento é limitado sobretudo pela barreira comunicacional, o que as torna ainda mais vulneráveis à violência. Sabendo disso, o objetivo deste estudo foi analisar vídeos voltados ao público infanto-juvenil surdo, que tratem sobre a prevenção ao abuso sexual e promovam a acessibilidade em Libras, com eficácia na transmissão de informações essenciais para esse público. A coleta de dados envolveu a seleção de vinte e dois vídeos, a partir das palavras-chave "Libras", "abuso sexual" e "violência sexual", sendo quatro desses vídeos classificados em dois grupos: 1) Prevenção ao Abuso Sexual Infantil e 2) Educação e Conscientização. A análise considerou tanto aspectos linguísticos quanto extralinguísticos e baseou-se em autores que discutem os desafios da comunicação sobre abuso e violência sexual para pessoas com deficiência. Os resultados indicam que a produção de materiais audiovisuais acessíveis em Libras é crucial para ampliar o alcance das estratégias de conscientização sobre o abuso sexual infantil, promovendo maior inclusão e respeito aos direitos fundamentais das crianças e adolescentes surdos. A adaptação cultural e linguística dos vídeos facilita a compreensão e o acesso à informação, o que contribui para a superação da barreira linguística. Conclui-se que os vídeos acessíveis desempenham um papel importante na criação de uma sociedade mais informada e inclusiva. É essencial que campanhas e projetos futuros continuem a explorar a interseção entre educação, cultura e acessibilidade, garantindo que todas as crianças, independentemente de sua língua ou cultura, tenham as ferramentas e conhecimentos necessários para sua proteção.

Palavras-chave: Prevenção ao abuso sexual infantil; Acessibilidade em Libras; Direitos das crianças surdas; Material audiovisual.

Introdução

A violência contra crianças e adolescentes com deficiência é um problema estrutural, agravado pela falta de visibilidade, pela precariedade da rede de proteção e pelo desconhecimento das especificidades desse grupo, bem como pela ausência de políticas que promovam o acesso às informações e às possíveis redes de proteção para esses sujeitos. Assim, o fortalecimento das políticas públicas, a capacitação dos profissionais e o envolvimento da sociedade são essenciais para enfrentar essa realidade.

De acordo com um estudo de Moreira et al. (2014), que trata sobre a violência contra crianças e adolescentes com deficiência, as camadas de vulnerabilidade desses sujeitos são ainda mais profundas, pois são sujeitos invisibilizados e com vulnerabilidade agravada, devido à falta de acesso a diversos direitos, acarretada pela ausência de conhecimento de instrumentos legais e de órgãos que auxiliam no combate e na prevenção dos mais variados tipos de violência contra esses sujeitos.

Nesse sentido, cursando a disciplina de Estigma e Identidade Social do Deficiente, fortemente estruturada no debate sobre as questões da sexualidade das pessoas com deficiência, passamos a refletir sobre as implicações da ausência de informação sobre a sexualidade para sujeitos surdos, que são usuários de uma língua diferente e que, para ter acesso às informações, necessitam da Língua de Sinais.

Partindo desse pressuposto, optamos por realizar uma busca no YouTube de vídeos que abordassem o tema abuso e violência sexual voltados para o público infantil e adolescente, isto é, vídeos lúdicos com tradução, adaptação ou criação usando a Língua Brasileira de Sinais.

Foram identificados, inicialmente, 22 vídeos focados na prevenção do abuso sexual infantil, com ênfase na acessibilidade desses conteúdos para crianças e adolescentes surdos. Entre os vídeos listados, excluímos os que estavam duplicados, ou seja, os vídeos que tratavam exatamente do mesmo conteúdo e eram apresentados por profissionais (tradutores-intérpretes de Libras ou professores de Libras) diferentes, considerando apenas um deles para as análises.

As temáticas abordadas nos vídeos são: 1- **Prevenção ao Abuso Sexual Infantil** com “NISSO E NAQUILO EM LIBRAS - MÚSICA DE PREVENÇÃO AO ABUSO INFANTIL” e “NÃO ME TOCA, SEU BOBOCA!”, apresentando estratégias e informações para prevenir o abuso sexual em crianças; 2- **Educação e Conscientização** com o vídeo “Eu Me Protejo - Educação para prevenção contra o abuso sexual na infância”, que trata sobre a educação preventiva para ensinar as crianças a reconhecer e reagir em situações de risco, e “A Menina das Cores”, que orienta, por meio das cores, os lugares em seu corpo que a criança precisa ter mais atenção em relação ao toque de outras pessoas, que visam combater o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes.

A disponibilização de materiais que tratam de temas sensíveis, complexos e necessários para a sociedade, acessíveis em Libras, é fundamental para que o sujeito surdo tenha acesso às informações e consiga ter mais clareza acerca de como agir em determinadas situações. Esses vídeos não apenas informam, mas também empoderam esse público, fornecendo-lhe ferramentas para reconhecer e denunciar situações de abuso.

Contextualização da realidade brasileira

Em um país onde tratar de assuntos como sexualidade e o ato sexual ainda é delicado e considerado um tabu, não dar a devida importância ao tema pode abrir espaço para que abusadores continuem a agir de forma indiscriminada. Segundo o Boletim

Epidemiológico da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde, de 29 de fevereiro de 2024, volume 54, de 2015 a 2021, “foram notificados 202.948 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, sendo 83.571 (41,2%) em crianças e 119.377 (58,8%) em adolescentes.” (Brasil, 2024, p. 3) Esses dados revelam a incidência significativa de casos de violência sexual, sendo que, no ano de 2023, esses números alarmantes bateram recordes.

Ao analisar a quantidade de casos notificados, é possível afirmar que esses abusos não são eventos isolados e que materiais voltados para a prevenção do abuso infantil, orientando tanto os menores de idade quanto seus responsáveis, são fundamentais para que os abusos sejam identificados e punidos.

Segundo o 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024), foi divulgado à sociedade que o Brasil atingiu um novo recorde de estupros e estupros de vulneráveis consumados, com 83.988 vítimas no ano de 2023. Com a estatística atualizada, “o país registrou um crime de estupro a cada seis minutos, segundo os registros policiais” (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024, p. 160).

De acordo com Batista e Paiva (2024) o Código Penal tipifica o estupro de vulnerável em seu Art. 217-A como “ter conjunção carnal ou praticar outro ato (Batista e Paiva, 2024, n.p). Para uma definição mais clara sobre importunação sexual, a Lei 13.718/2018 estabeleceu o crime de importunação sexual, definindo que, para o Direito Penal, atos libidinosos são aqueles que têm o objetivo de satisfazer o desejo sexual. (Brasil, 2018). Entre alguns exemplos, estão: masturbação e ejaculação em público, passadas de mão, beijos roubados, filmagem de partes íntimas, lambe, apalpar, tocar, desnudar, etc.

Tão importante quanto conhecer o perfil das vítimas desses abusos é entender o perfil dos agressores. O Boletim Epidemiológico informa que a maior parte dos agressores era do sexo masculino, sendo que, em 38,9% dos casos, o agressor era um

familiar, amigo ou conhecido. Já o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024 apresenta dados mais representativos.

Na Tabela 1, as mesmas informações estão organizadas de maneira mais didática para facilitar a visualização.

Tabela 1 – Microdados de registros policiais

Faixa Etária da Vítima	Familiares (%)	Parceiros Íntimos/Ex (%)	Outros Conhecidos (%)	Desconhecidos (%)
Até 13 anos	64	0	36	0
14 anos ou mais	31,2	28,1	25,4	15,3
Todas as idades	50	20,8	14	15,3

Fonte: Análise produzida a partir dos microdados dos registros policiais e das Secretarias estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024.

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) promove discussões, gera conhecimento e elabora políticas públicas voltadas à segurança no Brasil. Sua principal função é compilar e disseminar dados e análises sobre violência, criminalidade e a atuação das forças de segurança. Essas informações são essenciais para fundamentar políticas públicas, direcionar a distribuição de recursos e desenvolver estratégias eficazes de combate à violência, permitindo a identificação de padrões e áreas críticas em diversas regiões.

Ao mapear locais com altos índices de criminalidade, os dados do FBSP reforçam a justificativa para investimentos em segurança e possibilitam a criação de cenários que embasam políticas integradas de prevenção, identificando vulnerabilidades e orientando a implementação de medidas preventivas baseadas em evidências. Assim, o FBSP contribui de forma significativa para o aprimoramento das ações governamentais e para o fortalecimento das respostas estratégicas contra a violência no país.

O uso desses dados vai além da aplicação em políticas de segurança, estendendo-se à proteção de populações vulneráveis. Crianças, especialmente as surdas, podem estar expostas a riscos de aliciamento e abuso sexual infantojuvenil. As estatísticas revelam áreas e momentos de maior vulnerabilidade, fundamentando a necessidade de intervenções específicas. Essa análise ajuda a identificar quais comunidades necessitam de programas preventivos intensivos. Políticas de proteção podem ser desenhadas com base em dados concretos. Assim, os números do FBSP tornam-se aliados na proteção dos mais vulneráveis.

As informações fornecidas pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) são fundamentais para a elaboração de materiais visuais educativos que visam prevenir o abuso sexual e o aliciamento de menores. Esses materiais, ao utilizarem uma comunicação visual clara e acessível, como vídeos, infográficos e cartilhas, promovem a construção de uma consciência preventiva desde a infância. Ao romper barreiras comunicacionais, tornam a informação mais inclusiva e eficaz. As estatísticas do FBSP justificam investimentos em campanhas educativas específicas, direcionadas à proteção de grupos vulneráveis, incluindo crianças surdas.

A maioria das crianças surdas nasce em famílias ouvintes, o que revela uma realidade em que o idioma predominante é a oralidade e, muitas vezes, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) não faz parte do ambiente familiar. Essa situação cria desafios desde os primeiros anos de vida, pois a criança surda precisa se adaptar a um meio onde a comunicação principal não é acessível, impactando seu desenvolvimento linguístico e social (Brasil, 2002).

Essa discrepância comunicacional gera, desde o início, uma lacuna afetiva e educativa, pois a criança surda, sem acesso imediato à Libras, pode experimentar sentimentos de exclusão e isolamento, mesmo no seio familiar. Mesmo quando há esforço por parte dos pais para aprender Libras, a carência de

conhecimento técnico e de recursos adequados muitas vezes impede uma comunicação eficaz (Almeida, 2010).

Frequentemente, as famílias de crianças surdas não dispõem de apoio especializado, o que dificulta a implementação de uma comunicação plena e a criação de um ambiente propício ao desenvolvimento integral. Essa ausência de uma linguagem compartilhada limita a transmissão de valores, afetos e conhecimentos essenciais para a construção da identidade da criança (Souza, 2012).

Consequentemente, a falta de uma comunicação efetiva entre a criança surda e seus familiares pode resultar em um distanciamento afetivo, afetando tanto o desenvolvimento cognitivo quanto o emocional. A barreira comunicacional é um fator que contribui para a vulnerabilidade social dessas crianças, dificultando o acesso a informações que garantam sua proteção e inclusão.

Nesse contexto, os vídeos educativos em Libras e com intérpretes têm se mostrado ferramentas valiosas para a promoção da inclusão e para a prevenção da violência. Esses recursos oferecem uma linguagem acessível, permitindo que as crianças surdas compreendam conteúdos essenciais relacionados aos seus direitos e à segurança pessoal, abrindo caminho para uma educação mais equitativa (Costa, 2015).

Ao disponibilizar informações preventivas e educativas, os vídeos com intérpretes funcionam como verdadeiras pontes de comunicação, proporcionando um meio pelo qual o conhecimento pode ser transmitido de forma clara e objetiva. Dessa maneira, esses recursos colaboram para a criação de ambientes mais seguros e para a conscientização dos jovens surdos sobre os riscos de abusos e aliciamento (Martins, 2018).

Além disso, a utilização de vídeos educativos com intérpretes de Libras reforça a importância da comunicação inclusiva e do acesso à informação para todos. Ao transformar conteúdos complexos em uma linguagem visual e adaptada, essas produções

fortalecem a autoestima e a autonomia das crianças surdas, contribuindo para sua proteção (Oliveira, 2017).

Esses vídeos não só auxiliam na disseminação de conhecimentos preventivos, mas também se configuram como instrumentos de empoderamento, permitindo que as crianças surdas se sintam parte ativa do processo educativo. A presença do intérprete e a linguagem visual facilitam o entendimento dos temas abordados, tornando a informação mais acessível e significativa. Para que a comunicação seja realmente eficaz, é fundamental que os vídeos sejam elaborados de forma lúdica, incorporando elementos visuais atrativos que estimulem o interesse e a curiosidade das crianças.

O uso de cores vibrantes, animações e figuras ilustrativas torna o conteúdo mais dinâmico e facilita a compreensão dos conceitos apresentados. Essa abordagem lúdica não apenas prende a atenção do público infantil, mas também promove a memorização e a assimilação dos conteúdos, transformando a aprendizagem em uma experiência prazerosa. Assim, a educação preventiva se torna mais efetiva e alinhada com as necessidades cognitivas e emocionais das crianças surdas (Ferreira, 2016). A combinação de vídeos educativos com elementos visuais dinâmicos e uma linguagem acessível em Libras constitui uma estratégia inovadora para a prevenção da violência e o empoderamento dos jovens surdos. Essa integração cria um espaço educativo que valoriza a inclusão e contribui para a formação de uma consciência crítica e preventiva. A presença de tais materiais no ambiente escolar e comunitário estimula o diálogo e a troca de experiências, possibilitando que as crianças surdas se reconheçam e se expressem de forma plena. Essa prática pedagógica favorece a construção de um ambiente seguro e acolhedor, onde a diversidade linguística é respeitada e celebrada (Mendes, 2019).

A utilização de vídeos educativos adaptados para Libras serve como um instrumento crucial para a prevenção de abusos e para a promoção da inclusão social. Ao proporcionar uma

linguagem visual e acessível, esses materiais auxiliam na formação de uma cultura de segurança e respeito, especialmente para crianças surdas, que são, historicamente, mais vulneráveis à exclusão. Dessa forma, as informações disponibilizadas e as estratégias de comunicação inclusiva fundamentam a necessidade de políticas públicas e iniciativas educativas que promovam a proteção dos direitos das crianças surdas. O investimento em recursos lúdicos e adaptados contribui para o fortalecimento de uma rede de segurança e para a redução das vulnerabilidades, evidenciando a importância de uma abordagem integrada e humanizada (Brasil, 2002; Costa, 2015).

Portanto, o objetivo desta pesquisa foi analisar vídeos voltados para o público infantojuvenil surdo, que abordam a prevenção ao abuso sexual, com o intuito de avaliar sua acessibilidade em Libras, a clareza da mensagem transmitida e a adequação do conteúdo às necessidades e particularidades desse público.

Metodologia

Pensando que crianças e adolescentes surdos também fazem parte desse quadro estatístico, buscamos no YouTube vídeos com perfil lúdico que tragam informações e orientações para crianças surdas em Língua Brasileira de Sinais. Foram inicialmente levantados 22 vídeos filtrados a partir das palavras-chave: Libras, abuso sexual e violência sexual.

A prevenção ao abuso sexual infantil exige estratégias educativas que considerem a diversidade cultural e linguística da população. No caso do nosso estudo, os sujeitos são surdos usuários da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Sendo assim, este estudo analisa seis materiais audiovisuais voltados à proteção infantil, categorizados em dois grupos: 1) Prevenção ao Abuso Sexual Infantil; 2) Educação e Conscientização. Para cada categoria, decidimos analisar dois vídeos.

Por ser um tema pouco debatido, a análise fundamenta-se em autores como Moreira et al. (2014), Santos et al. (2020) e Silva (2022), que discutem os desafios do debate sobre abuso e violência sexual para pessoas com deficiência. Foram analisadas nos vídeos as seguintes questões:

1. Aspectos linguísticos e extralinguísticos;
2. Relevância do discurso para a promoção do conhecimento sobre violência sexual, como evitar e denunciar.

Elencamos esses dois critérios para análise dos vídeos com o intuito de compreender inicialmente as implicações linguísticas, que afetam diretamente o acesso dos sujeitos surdos ao conteúdo desses materiais, e, posteriormente, a importância desses materiais para os sujeitos surdos. Acreditamos que a produção desses materiais representa um avanço no que concerne ao acesso das crianças e adolescentes surdos a conteúdos que tratam sobre abuso e violência sexual. Entretanto, para que esses materiais atinjam esse público, os aspectos linguísticos e extralinguísticos precisam ser contemplados.

Análises e discussão dos dados

Acerca da temática 1 - **Prevenção ao Abuso Sexual Infantil**, escolhemos os vídeos “Nisso e Naquilo em Libras” e “Não me toca, seu boboca”. Esses vídeos destacam-se por suas abordagens lúdicas e educativas, promovendo o entendimento sobre segurança corporal.

Vídeo 1 – NISSO E NAQUILO EM LIBRAS: música de prevenção ao abuso infantil



Fonte: NISSO E NAQUILO EM LIBRAS - MÚSICA DE PREVENÇÃO AO ABUSO I...

O vídeo é voltado para crianças ouvintes, visto que seu elemento principal é a música infantil, e apresenta de forma educativa as partes do corpo, ensinando de forma lúdica onde pode ou não tocar. Inclui interpretação em Libras, possibilitando acessibilidade e compreensão. A música reforça a importância do respeito ao próprio corpo, usando uma luva com figuras que representam partes do corpo e, no verso, pessoas de confiança da criança. O material ajuda na propagação de conhecimentos e pode favorecer a conscientização sobre os atos de abuso, sendo um vídeo mais voltado para crianças.

O vídeo “Nisso e Naquilo em Libras” utiliza música infantil para ensinar, de forma didática, as partes do corpo, demarcando os limites de contato corporal adequado. A inclusão de Libras expande a acessibilidade e promove a participação de crianças surdas, preenchendo lacunas históricas na disseminação de informações sobre prevenção ao abuso sexual. Segundo Santos et al. (2020), a educação sexual no contexto bilíngue é essencial, visto

que a barreira linguística historicamente restringiu o acesso de crianças surdas a informações vitais. A abordagem visual do vídeo reforça a ideia de Peluso e Lodi (2015) sobre a centralidade da visualidade na cultura surda, tornando o material mais eficaz para esse público.

O vídeo, apesar de ser voltado para ouvintes por explorar a musicalidade, também possui elementos relevantes que contribuem para a divulgação de conhecimento para crianças surdas sobre quais partes do corpo não podem ser tocadas por outros, ou seja, como identificar um possível assédio, além de informar à criança quem ela deve procurar caso algum episódio de toque não consentido em seu corpo aconteça.

A autora, que também é a tradutora do vídeo para a Libras, usou uma “luva” como um elemento extralinguístico para ilustrar quais partes a criança deve proteger em seu corpo. No entanto, este recurso é utilizado apenas no discurso em língua oral, o que poderia ser adaptado também na janela de Libras, para tornar o discurso mais adequado ao público infantil utilizando esse elemento.

Vídeo 2 – NÃO ME TOCA, SEU BOBOCA! | Fafá conta Acessível em Libras



NÃO ME TOCA, SEU BOBOCA! | Fafá conta Acessível em Libras

Fonte: NÃO ME TOCA, SEU BOBOCA! | Fafá conta Acessível em Libras.

“Não me toca, seu boboca” adota uma narrativa infantil para abordar o reconhecimento de toques inadequados e reforçar a importância da denúncia. A história é apresentada de forma acessível, utilizando personagens próximos à realidade infantil para facilitar a identificação das crianças com o conteúdo.

Ferreira (2008) e Santos; Poltroniere-Gessner (2019) apontam que crianças surdas enfrentam maior vulnerabilidade ao abuso devido à invisibilidade social e à ausência de mecanismos eficazes de denúncia. O vídeo atende a essas lacunas, ao ensinar, de forma visual, estratégias de autoproteção e incentivo à comunicação.

Um ponto extremamente relevante do vídeo é o fato de que a apresentadora Fafá faz a indicação de a criança buscar alguém de sua confiança para assistir ao vídeo, o que representa o interesse de que o conteúdo do vídeo possa verdadeiramente esclarecer para a criança e/ou adolescente as características do abuso e, tendo acesso às informações, a criança e/ou adolescente consiga identificar possíveis situações já vivenciadas e denunciar.

Com relação aos aspectos linguísticos do discurso apresentado no vídeo, a narrativa tanto em português quanto em Libras demonstra características de uma fala voltada para o público infantil, sendo possível perceber nas expressões faciais e corporais da tradutora, no caso da Libras, e na entonação que a narradora utiliza para contar a história em português.

A escolha de qual narrativa também é um ponto importante, uma vez que traz uma história curta e simplificada para abordar um assunto complexo para uma criança que pode não entender temas sensíveis como abuso e violência. Mas, com a orientação adequada para a idade, em sua língua de uso e de maneira lúdica, como a do vídeo, pode contribuir para que a própria criança saiba identificar e se proteger em situações como essas.

Os aspectos acerca da janela de Libras também puderam ser observados, pois é um ponto importante quando pensamos em acessibilidade para crianças surdas. A janela de Libras possui fundo invisível, e a tradutora está centralizada junto à narradora principal, o que permite que a profissional utilize, em conjunto com a autora, os elementos extralinguísticos, como a personagem “Ritoca”, que é representada por uma pelúcia. A presença de uma representação concreta de um personagem pode estimular a imaginação das crianças ao ver ou ouvir a história e contribuir para captar a atenção infantil, resultando em um melhor entendimento da história.

Educação e Conscientização

Acerca da temática 2 - **Educação e Conscientização**, escolhemos os vídeos "Semáforo do Toque" e "A Menina das Cores", que abordam a prevenção ao abuso infantil com enfoque na conscientização e na aprendizagem interativa.

Vídeo 3 – SEMÁFORO DO TOQUE: prevenção de abuso infantil - Acessível em Libras



Fonte: SEMÁFORO DO TOQUE- PREVENÇÃO DE ABUSO INFANTIL - Acessível e...

O vídeo *“Semáforo do Toque”* utiliza a metáfora do semáforo para ensinar às crianças a diferenciação entre toques apropriados (verde), toques incômodos (amarelo) e toques inaceitáveis (vermelho). A linguagem visual é central, alinhando-se ao conceito de pedagogia bilíngue, como defendido por Santos et al. (2020).

Para crianças surdas, a adaptação visual não é apenas pedagógica, mas cultural, refletindo o valor da comunicação visogestual na construção do conhecimento. Além disso, o recurso do semáforo torna o conteúdo acessível a crianças em diferentes estágios de desenvolvimento cognitivo.

Esse tipo de material promove acesso ao conteúdo não só por meio da Língua de Sinais, mas também utilizando outros elementos importantes para o sujeito surdo, como a visualidade. De acordo com Peluso e Lodi (2015), a organização do mundo linguístico e enunciativo do sujeito surdo ocorre no plano visual,

não por serem sujeitos visuais pela falta de audição, mas por falarem uma língua visual, enunciando textos no espaço.

Dessa forma, a junção do verbal com o visual faz com que o conteúdo seja apresentado de maneira mais dinâmica e abrangente. No entanto, apesar de a estratégia do semáforo cumprir o objetivo de abordar o tema “violência sexual” de forma lúdica e visual, alguns aspectos do vídeo podem ser revistos, com o intuito de aprimorar futuras produções, garantindo que as informações cheguem de maneira clara ao público-alvo: crianças surdas sinalizantes.

Em alguns momentos, é possível perceber que alguns sinais são omitidos, prejudicando o entendimento. Por exemplo, no trecho em que a autora diz: • “Nós temos as cores verde, amarelo e vermelho e eu separei algumas cores aqui embaixo (aponta para o cartaz), também temos um menininho e uma menininha que representam vocês.” (retirado do vídeo).

Em Libras, a autora do vídeo sinaliza o mesmo trecho com os seguintes sinais: • “Cor / verde / amarela / vermelha / menino / menina” (retirado do vídeo).

Apesar de a Libras ser gramaticalmente diferente do português, é possível notar que algumas informações no discurso oral não aparecem no discurso sinalizado, o que levanta a questão se a ausência de contextualização e a omissão de informações durante a sinalização podem prejudicar a compreensão das crianças surdas, que, junto às crianças ouvintes, também são o público-alvo desse material.

Outro ponto observado neste material é o enquadramento da janela de Libras. Em alguns momentos, a tradutora realiza sinais que podem não ser completamente compreendidos devido à edição da janela, que acaba cortando parte da mão sinalizante. Assim, dependendo de como o intérprete é posicionado no produto final, pode ser necessário reduzir sua sinalização, o que limita a naturalidade dos gestos, fazendo com que todos fiquem no mesmo nível, geralmente na altura do tórax (Nogueira e Barbosa, 2021), o que não é ideal para a expressão plena da língua.

De maneira geral, o vídeo possui características de um discurso voltado para o público infantil e apresenta elementos extralinguísticos, como os desenhos, que acessibilizam o discurso para esse público. No entanto, os aspectos linguísticos da Libras podem ser um empecilho para o entendimento de crianças surdas que, possivelmente, terão acesso a este conteúdo.

Vídeo 4 – A menina das cores



Fonte: Disponível em Narrativas em Libras - A menina das cores.

"**A Menina das Cores**" é um vídeo que narra a história de uma menina cuja cor muda conforme suas emoções. Ela utiliza o verde para representar alegria, o amarelo quando se sente desconfortável com carinhos e o vermelho quando vivencia situações de abuso sexual. Diferente dos vídeos anteriores, neste, a narradora em português aparece em uma janela menor, enquanto a tradutora de Libras ocupa a posição central, destacando a língua de sinais. Essa escolha reflete a intenção de atingir principalmente o público surdo, dando à Libras o protagonismo no material. A posição da intérprete foi pensada para facilitar a compreensão das crianças surdas, priorizando as

características gesto-visuais da língua de sinais e tornando a comunicação mais acessível.

Quanto à linguagem do vídeo, ou seja, ao uso da Libras, a tradutora opta por utilizar sinais claros e acessíveis ao público infantil, além de recorrer de maneira expressiva ao uso de suas feições e gestos corporais para facilitar a compreensão da história. Essa abordagem torna a tradução fluida e lúdica, adequando-se à proposta da narrativa. Em relação às questões extralinguísticas, observa-se a adequação da tradutora na escolha da vestimenta, que muda conforme as emoções da personagem principal, o que contribui para uma melhor compreensão do enredo. Além disso, há uma diferença na utilização da "história do varal" presente no discurso em português, que não é adotada na tradução em Libras, uma adaptação que pode impactar a recepção do conteúdo.

Quanto ao conteúdo do discurso, a história apresenta de maneira educativa o conceito de violência sexual, com o objetivo de ensinar às crianças a identificar o que constitui um toque inadequado. O vídeo ilustra que um toque inapropriado causa sentimentos de tristeza, confusão e desconforto, enquanto um toque apropriado provoca alegria. Ao associar as emoções da criança às cores e comportamentos, seja adequado ou não, o material utiliza uma estratégia eficaz para ajudar as crianças a reconhecer essas situações. Além disso, o discurso orienta a criança sobre as atitudes que ela pode tomar caso vivencie algo inapropriado, destacando que ela tem autonomia para se recusar e, principalmente, denunciar a um adulto de confiança. Esse aspecto do material é fundamental, pois pode ser crucial para romper o ciclo de abuso, oferecendo à criança o apoio necessário para sair de uma situação de violência.

Considerações finais

Os vídeos analisados demonstram que a inserção, a criação ou a produção de recursos audiovisuais em Libras é um componente essencial para ampliar o alcance das estratégias de

prevenção e conscientização sobre abuso sexual infantil para os sujeitos surdos, que na grande maioria das vezes ficam a quem de conteúdos tão importantes.

Materiais adaptados às necessidades culturais e linguísticas da comunidade surda promovem não apenas a inclusão, mas também a garantia de direitos fundamentais.

Autores como Santos et al. (2020) e Silva (2022) enfatizam a relevância de integrar aspectos visuais e pedagógicos à construção de materiais educativos bilíngues, um avanço necessário em um contexto de desigualdade para acesso à informação.

Ao priorizar abordagens acessíveis, os vídeos analisados contribuem para a promoção de uma sociedade mais informada, consciente e inclusiva. Campanhas e projetos futuros devem continuar explorando a interseção entre educação, cultura e acessibilidade para garantir que todas as crianças e/ou adolescentes, independentemente da sua língua ou cultural, tenham acesso às ferramentas necessárias para sua proteção e desenvolvimento.

Como esta pesquisa se concentrou na avaliação dos conteúdos das produções audiovisuais em um período de tempo limitado, todas as análises dos vídeos foram realizadas pelos autores com base em seus conhecimentos linguísticos de Libras, vivências profissionais com crianças e adolescentes surdas em espaços educacionais e por fim nas referências que serviram de base teórica para a construção desta pesquisa. Contudo, uma limitação deste trabalho está na abordagem técnica da análise, que deixa em aberto a possibilidade de novos estudos que incluam as impressões das próprias crianças surdas sobre os materiais. Considerando que esses materiais são destinados a esse público específico, seria de grande importância contar com o retorno sobre o material, advindo das crianças, uma vez que isso pode proporcionar dados valiosos sobre o que funciona ou não funciona para elas.

Referências

ALMEIDA, J. F. Comunicação e inclusão na surdez: **desafios e perspectivas**. São Paulo: Editora do Surdo, 2010.

BATISTA, G.; PAIVA, M. **O estupro na forma de ato libidinoso diverso da conjunção carnal: desproporcionalidade da pena**. Revista Tópicos, v. 2, n. 13, 2024. ISSN: 2965-6672. Disponível em: <https://revistatopicos.com.br/artigos/o-estupro-na-forma-de-ato-libidinoso-diverso-da-conjuncao-carnal-desproporcionalidade-da-pena>. Acesso em: 8 mar. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.718. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, tornar pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelecer causas de aumento de pena para esses crimes e definir como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo; e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais). **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 de setembro de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Políticas públicas de inclusão e acessibilidade: **a Lei de Libras**. Brasília: MEC, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2015 a 2021**. Boletim Epidemiológico. Volume 54 | N.º 8 | 29 fev. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2023/boletim-epidemiologico-volume-54-no-08>. Acesso em: 8 mar. 2025.

BRAUN, S. **A violência sexual infantil na família: do silêncio à revelação do segredo**. Editora AGE Ltda, 2002.

COSTA, R. P. Vídeos educativos em Libras: **estratégias de prevenção à violência**. Revista de Educação Inclusiva, v. 12, n. 3, p. 45-60, 2015.

FERREIRA, W. B. Vulnerabilidade à violência sexual no contexto da escola inclusiva: reflexão sobre a invisibilidade da pessoa como deficiência. **Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**, 6(2), 2008, 120-136.

FERREIRA, A. L. Metodologias lúdicas no ensino: **estratégias para engajar crianças surdas**. Porto Alegre: PUC Editora, 2016.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253>. Acesso em: 7 mar. 2025.

MOREIRA, Martha Cristina Nunes et al. **Violência contra crianças e adolescentes com deficiência: narrativas com conselheiros tutelares**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, n. 9, p. 3869-3877, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/spk4H7WC77cpfR5WDFhPFxf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 fev. 2025.

MARTINS, L. S. Mediação linguística e construção de pontes culturais: **o papel do intérprete de Libras**. São Paulo: Atlas, 2018.

MENDES, F. G. Políticas públicas para a proteção de crianças surdas: **inclusão e segurança no ambiente escolar**. Curitiba: UFPR, 2019.

PELUSO, Leonardo; LODI, Ana Claudia Balieiro. La experiencia visual de los sordos. Consideraciones políticas, lingüísticas y epistemológicas. **Pro-Posições**, Campinas, v. 26, n.3, p. 59-81, Dec. 2015. Disponível em: <https://url.gratis/PRuUX>. Acesso em: 1 fev 2025.

NOGUEIRA, Tiago Coimbra; BARBOSA, Susana. Atuação No Audiovisual Com Línguas Gesto-Visuais: Experiências De Portugal E Brasil. **Revista GEMInIS**, v. 12, n. 3, p. 33-53, 2021.

OLIVEIRA, D. M. Comunicação visual e educação inclusiva: **A importância de materiais audiovisuais adaptados para surdos**. Belo Horizonte: UFMG Press, 2017.

SANTOS, S. A. dos; POLTRONIERE-GESSNER, A. V. O papel da tradução e da interpretação para grupos vulneráveis no acesso à justiça. **Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal**, Brasília, v. 1, n. 1, 2019, p. 69/84.

SANTOS, Saionara Figueiredo; BITENCOURT, Ana Carolina Lopes; RAMOS, Heitor Gonçalves Pinheiro; VIANNA, Joana. Educação sexual para prevenir abusos: socializando visualmente conhecimentos em língua brasileira de sinais. **Revista Caminho Aberto**, Palhoça, v. 7, n. 13, p. 45-51, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.35700/ca.2020.ano7n13.p45-51.2871>. Acesso em: 10 fev. 2025.

SILVA, Rhuan Lucas Braz. **Tradução comentada da cartilha “Violência sexual contra crianças e adolescentes de língua portuguesa para Libras”**. 2022. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br>. Acesso em: 12 fev. 2025.

SOUZA, M. L. **Dinâmicas familiares e comunicação com crianças surdas**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012.

Diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista em Mulheres

Aline de Fátima Rosa Magalhães¹

Aline Sordi²

Felipe Monteiro³

Introdução

O Transtorno do Espectro Autista (TEA), conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2023), abrange um conjunto de condições relacionadas ao neurodesenvolvimento. Estima-se que uma em cada 100 crianças no mundo seja diagnosticada com TEA. Este transtorno é geralmente identificado na infância (Lord *et al.*, 2018; OMS, 2023) e caracteriza-se por dificuldades na interação social e na comunicação, bem como por

¹ Graduada em Psicologia pela Universidade Paulista (2012), atualmente cursa mestrado em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Desenvolve atividade profissional como psicóloga e supervisora no Instituto Ávigo, atuando na implementação de intervenções fundamentadas na análise do comportamento, direcionadas a adolescentes e jovens. Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/0680686871478874>.

² Graduada em Comunicação Social - pelo UNASP (2008). Habilitada no programa de Intercâmbio pela escola The New England School of English em Boston- Ma. (2010-2012). Graduada em Tradução e interpretação Libras/Língua Portuguesa pela UFSCar (2019). Mestre em Educação Especial pela UFSCar (2022). Tradutora e Intérprete do governo do estado de São Paulo. Graduada em Educação Especial (2023). Doutoranda em Educação Especial (2024 - UFSCar). Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/5311067435485947>.

³ Possui graduação em Fonoaudiologia pela Faculdade Redentor de Itaperuna RJ (2012). Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2023). Doutorando em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) fonoaudiólogo criador/coordenador de projetos de formação. Tem certificação internacional pelo Sistema de Gerenciamento de Crises Profissional, Nível Practitioner 2 (PCM P2). Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/5012167814396498>.

comportamentos repetitivos e resistência a mudança com possíveis bases genéticas (Lord *et al.*, 2018; Silva & Elias, 2020; OMS, 2023). Ademais, observa-se a presença de padrões atípicos de contato visual, ausência de resposta quando chamadas pelo nome, medo excessivo, e dificuldade de interação em brincadeiras (Okoye *et al.*, 2023). Indivíduos com TEA também apresentam maior chance de desenvolver depressão (13%), ansiedade (6%), distúrbios do sono (8%) e epilepsia (20,2%). Dessa forma, torna-se essencial garantir o acesso a serviços integrados de apoio com colaboração entre setores como educação, mercado de trabalho, serviços de saúde e cuidados sociais (Lord *et al.*, 2018; OMS, 2023).

O diagnóstico do TEA costuma ocorrer na primeira infância, especialmente entre os 18 e 24 meses de vida (Zeidan *et al.*, 2022). Em bebês de até 9 meses, sinais de alerta incluem ausência de contato visual e expressões faciais reduzidas para diferentes emoções como alegria, tristeza, raiva e surpresa (Anuniação *et al.*, 2023). Por volta dos 36 meses, podem surgir padrões comportamentais como a organização repetitiva de objetos, resistência a mudanças na rotina, repetição de palavras ou frases, e um hiperfoco em objetos específicos (Bowers *et al.*, 2020; Mehling & Tassé, 2015; Poon & Sidhu, 2017). Globalmente, a prevalência de TEA em adultos aumentou de 0,62% em 2012 para 1,0% em 2021 (Howlin & Moss, 2012).

Adultos com TEA podem enfrentar desafios significativos em ambientes sociais (Mehling & Tassé, 2015; Poon & Sidhu, 2017), bem como na participação em atividades comunitárias (Schalock & Tassé, 2021). Ademais, há uma alta incidência de transtornos de humor, agressividade e comportamentos autolesivos (Isaksson *et al.*, 2019). Sintomas como preocupações excessivas, ansiedade e estresse são relatados em até três quartos dos casos (Baldwin *et al.*, 2014). O diagnóstico tardio em adultos com TEA podem resultar em complicações, pois informações imprecisas fornecidas por cuidadores, devido às mudanças em suas atipicidades e desenvolvimento social desde a infância até a fase adulta,

dificultam uma avaliação precisa (Lai *et al.*, 2014). Nessa fase, estratégias de adaptação social, como a camuflagem das dificuldades de interação, são comuns, manifestando-se em comportamentos como imitação de expressões faciais e o uso de piadas previamente ensaiadas (Brown *et al.*, 2020).

Mulheres adultas com TEA tendem a ser mais eficazes em camuflar suas dificuldades, o que pode resultar em diagnósticos mais tardios (Lai *et al.*, 2015). Essa diferença pode estar relacionada ao foco histórico nos estudos sobre TEA em homens, dificultando a identificação em mulheres. De acordo com a National Autistic Society (NAS, 2024) e Rutherford *et al.* (2016), o diagnóstico em mulheres é frequentemente mais tardio, mas ainda faltam evidências conclusivas para explicar essa diferença (NAS, 2024).

A avaliação do TEA envolve uma abordagem multidisciplinar, incluindo entrevistas clínicas, observações comportamentais e a aplicação de escalas e questionários padronizados. Entre os instrumentos mais utilizados para crianças e adolescentes estão o Autism Diagnostic Observation Schedule (ADOS) e o Autism Diagnostic Interview-Revised (ADI-R), reconhecidos por sua eficácia em identificar sinais de TEA (Rutter *et al.*, 2003). Entretanto, há uma carência de instrumentos validados para adultos, o que compromete a detecção adequada de casos tardios (Brugha *et al.*, 2011). Algumas escalas como a Escala de Responsividade Social (ERS) (Constantino e Gruber, 2015), Autism Spectrum Quocient (Q.A.) – (Toledo, 2020), apresentam limitações metodológicas quanto à objetividade e validade de tais instrumentos (Paula *et al.* 2022). Essa lacuna evidencia a necessidade de desenvolvimento e validação de ferramentas diagnósticas para adultos a fim de garantir diagnósticos mais precisos e oportunos ao longo da vida (Lord & Rutter, 2012; Sizoo *et al.*, 2015).

No Brasil, há uma notável escassez de instrumentos de diagnóstico para adultos com TEA. Enquanto ferramentas como o

M-CHAT e o CARS foram validadas para crianças, não existem equivalentes robustos para adultos, limitando o diagnóstico adequado (Alves *et al.* 2022; e Benevides *et al.* 2024). Essa lacuna compromete a identificação precoce e o acesso a intervenções apropriadas, destacando a necessidade de investimento na área. Ademais demonstra a necessidade urgente de desenvolver e validar instrumentos culturalmente adaptados para a população adulta brasileira, visando uma identificação mais precisa do TEA em adultos.

Diante do cenário atual de avaliação de sintomas de TEA em adultos, especialmente em mulheres, esse estudo se justifica pela necessidade de compreender possíveis diferenças na manifestação do transtorno entre os sexos. Investigar essas diferenças pode contribuir para o desenvolvimento de diagnósticos mais objetivos e sensíveis às especificidades femininas, possibilitando um reconhecimento preciso do TEA na prática clínica. um diagnóstico mais precoce em mulheres pode resultar em intervenções mais eficazes e, conseqüentemente, em uma melhora significativa na qualidade de vida.

Objetivo Geral

Este estudo tem como objetivo investigar as especificidades do TEA em mulheres, analisando os desafios diagnósticos e os fatores que contribuem para sua subidentificação e/ou diagnóstico tardio.

Método

A presente pesquisa configura-se como uma revisão sistemática, conduzida com base na metodologia PRISMA (Page *et al.*, 2021), que visa garantir a transparência, a reprodutibilidade e a qualidade na seleção e análise dos estudos incluídos.

A coleta de dados foi realizada a partir da base de dados CAPES, sem qualquer restrição temporal, abrangendo os estudos publicados no período entre 2022 e 2024. Para garantir a abrangência e a relevância da busca, foram usados descritores específicos, combinados de maneira estratégica por meio do operador booleano AND. Essa abordagem metodológica, ao possibilitar a interseção entre os termos, ampliou o escopo da pesquisa e permitiu a identificação de um número maior de artigos relevantes, conduzindo a uma análise mais rica e detalhada do tema. A utilização do operador booleano foi fundamental para melhorar a busca e, consequentemente, enriquecer a base de dados com resultados que atendem aos critérios de inclusão instalados de forma estruturada.

A escolha dos descritores foi pautada em termos-chave do campo de estudo, a saber: "transtorno do espectro autista", "mulheres", "diagnóstico" e "identificação", os quais foram selecionados com o propósito de focar na análise das questões relacionadas à avaliação do TEA em mulheres.

Este processo de coleta e seleção de artigos não apenas fundamenta a construção de uma base sólida de evidências, mas também contribui para a formulação de uma análise crítica, reflexiva e abrangente do material examinado, conforme sugerido por Fernández-Ríos e Buela-Casal (2009), que enfatizam a importância de uma abordagem rigorosa.

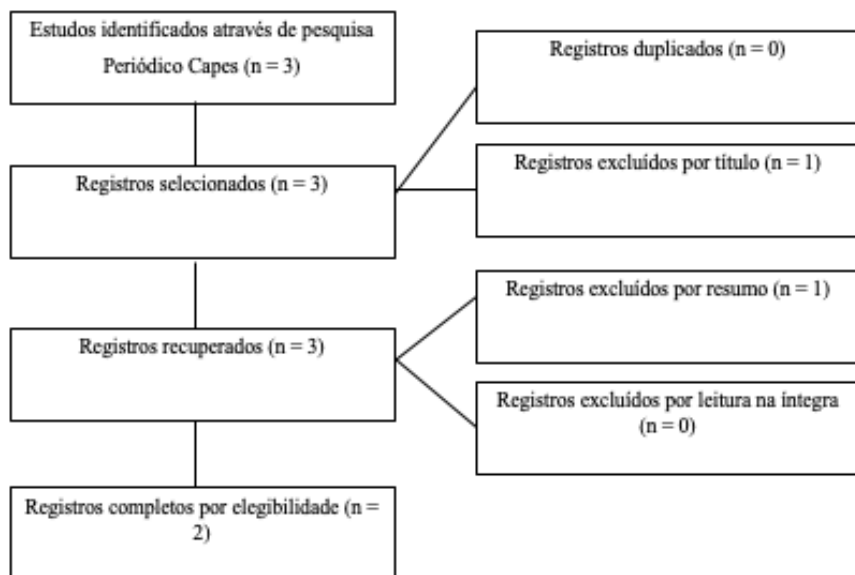
Foram incluídas na presente revisão sistemática os estudos que abordam especificamente o diagnóstico tardio do Transtorno do Espectro Autista (TEA) em mulheres, bem como as dificuldades associadas à caracterização dos sintomas dessa condição no sexo feminino. A inclusão foi criteriosamente restrita a estudos que apresentavam uma análise direta sobre esses aspectos, enquanto artigos que não estavam diretamente relacionados ao tema central da pesquisa foram excluídos.

Adicionalmente, optou-se por excluir estudos do tipo revisão de literatura, visto que o objetivo da pesquisa era concentrar-se em dados empíricos originais e análises primárias.

No processo de seleção, foram inicialmente identificados três estudos relevantes. No entanto, após a leitura integral de um desses artigos, verificou-se que se tratava de uma revisão integrativa, razão pela qual foi excluída da análise final. Consequentemente, restaram dois estudos que atenderam integralmente aos critérios de inclusão estabelecidos, conforme detalhado no Quadro 1.

Esta seleção rigorosamente assegura a qualidade e a pertinência dos estudos analisados, permitindo uma investigação aprofundada dos fatores que influenciam o diagnóstico tardio e a subidentificação.

Figura 1 – Fluxograma Prisma



Fonte: Elaboração própria.

Com o objetivo de fornecer uma análise mais aprofundada e clara de nossa investigação, elaboramos uma tabela detalhada que sintetiza os artigos específicos, destacando suas respectivas características e aspectos relevantes.

Tabela 1 – Caracterização dos artigos

	Artigo 1	Artigo 2	Artigo 3
Nome	Conhecimento de educadores sobre Transtorno do Espectro Autista em uma escola pública do Paraná	Diferenças na apresentação e diagnóstico de transtorno do espectro autista em meninos e meninas: percepção dos profissionais da saúde	Camuflagem social e diagnóstico tardio de autismo em mulheres: uma revisão integrativa
Link	http://revista.escoladesaude.pr.gov.br/index.php/rspp/article/view/923/352	https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/52282	https://periodicos.unifesp.br/index.php/neurociencias/article/view/16553/12993
Ano	2024	2022	2024
Revista	Revista de Saúde Pública do Paraná	Brazilian Journal of Development	Revista Neurociências
Autores	Géssica Tuani Teixeira e Ruan Victor Santos Harka	Isabella Christina Amaral de Lara, Carolyn Harche Sanches, Bianca Altrão Ratti Paglia e Maria Fernanda Piffer Tomasi Baldez Da Silva	Érica Otoni Pereira Miranda e Lisandra Maria Pereira Fontes Chagas

Descritores	"transtorno do espectro autista" and "mulheres" and "diagnóstico" and "identificação"	"transtorno do espectro autista" and "mulheres" and "diagnóstico" and "identificação"	"transtorno do espectro autista" and "mulheres" and "diagnóstico" and "identificação"
Tipo de Estudo	Pesquisa exploratória, de campo, de caráter quantiquantitativo, realizada por meio de um questionário aberto elaborado pelos pesquisadores e aplicado através de entrevista.	Tratou-se de um estudo qualitativo e exploratório	Foi realizada uma revisão integrativa nas bases de dados BVS e PUBMED, resultando em 36 artigos selecionados após aplicação dos critérios de inclusão e de exclusão definidos
Objetivo	Verificar o conhecimento de educadores sobre o Transtorno do Espectro Autista em uma escola pública do Paraná	Apresentar a percepção dos profissionais da saúde acerca das diferenças no diagnóstico e na apresentação clínica do TEA em pacientes do sexo feminino e masculino, através de um questionário, aplicado de forma qualitativa.	Discutir a influência da camuflagem social da mulher sobre o diagnóstico tardio do quadro de transtorno do espectro autista

Incluído	Sim, pois aborda: preocupações com o diagnóstico tardio ou ausência de diagnóstico do TEA e Consequências do diagnóstico tardio, especialmente em estágios avançados	Sim, pois aborda: Diagnóstico do autismo; dificuldade no diagnóstico feminino; diferenças entre mulheres e homens com TEA e Fenótipo do autismo feminino	
Excluído			Sim, pois trata-se de uma revisão

Fonte: Elaboração própria.

Resultados e Discussão

Uma análise aprofundada dos artigos revisados revela questões fundamentais e complexas relacionadas ao Transtorno do Espectro Autista (TEA) em mulheres, abordando uma gama de aspectos desde a construção e manifestação das sintomatologias até os desafios persistentes no processo diagnóstico. Esse processo envolve não apenas a identificação dos sinais e comportamentos característicos do transtorno, mas também a compreensão das variabilidades na forma como o TEA se apresenta em mulheres, muitas vezes de maneira atípica ou menos evidente em comparação aos homens. Além disso, são discutidos os fatores multifacetados que são indicados para a subidentificação e o diagnóstico tardio, os quais podem ser influenciados por uma combinação de visões de gênero, limitações nos instrumentos diagnósticos e uma falta de compreensão abrangente sobre as manifestações femininas do transtorno. Tais não apenas dificultam o reconhecimento precoce dos desafios do TEA, mas

também reforçam a necessidade de uma revisão crítica das abordagens diagnósticas e da adoção de novas metodologias mais sensíveis às especificidades de gênero no contexto do transtorno.

A principal ferramenta utilizada para o diagnóstico do transtorno do espectro autista é o Autism Diagnostic Observation Schedule (ADOS), protocolo que se baseia na observação comportamental. Além dessa ferramenta, há outros instrumentos, como questionários padronizados, que auxiliam no processo de diagnóstico que é sumariamente clínico e observacional (Miranda et al., 2024).

A ausência de biomarcadores específicos para o autismo, aliada à grande heterogeneidade fenotípica do transtorno, dificulta sua identificação e amplia o debate sobre as diferenças em sua apresentação entre os sexos/gêneros, bem como sobre a existência de visões metodológicas nessas ferramentas clínicas. Tal discussão, ganha relevância diante da prevalência média historicamente estabelecida de 4:1 entre homens e mulheres, a qual tem sido questionada (Miranda et al., 2024).

Abaixo, apresentamos as três categorias obtidas a partir da análise de conteúdos (Franco, 2018), a saber: 1. Sintomatologia e Características do TEA em Mulheres; 2. Dificuldades no Diagnóstico; e 3. Fatores que Influenciam a Subidentificação e o Diagnóstico Tardio.

Sintomatologia e Características do TEA em Mulheres

Os resultados obtidos nas investigações sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) sugerem que, embora os profissionais de saúde frequentemente não percebam diferenças significativas na manifestação do transtorno entre os sexos, algumas características clínicas do TEA se apresentam com maior frequência no sexo feminino. Em particular, destaca-se a capacidade das meninas autistas de mascarar as manifestações do transtorno por meio de estratégias comportamentais aprendidas

ao longo do tempo. Essa habilidade de camuflagem, frequentemente observada em meninas, pode representar um obstáculo significativo para a identificação precoce do TEA, dificultando o reconhecimento dos sintomas e, consequentemente, retardando o diagnóstico. Essa situação evidencia de forma inequívoca a necessidade urgente de um aprimoramento nos instrumentos diagnósticos, que devem ser mais sensíveis à heterogeneidade das manifestações clínicas observadas no sexo feminino, a fim de facilitar um diagnóstico mais preciso e oportuno (De Lara et al., 2022).

Um aspecto crucial que contribui para a dificuldade diagnóstica no contexto do TEA em mulheres é a presença de um fenótipo feminino específico, cujas manifestações não se alinham completamente com os modelos tradicionais de diagnóstico do transtorno, que foram predominantemente desenvolvidos a partir da observação de homens. Estudos empíricos apontam que as mulheres autistas frequentemente exibem uma motivação social mais intensa, o que as leva a desenvolver habilidades sociais que possibilitam a manutenção de amizades e, em muitos casos, contribui para uma aparência de normalidade nas interações sociais. Essa característica contrasta com o padrão observado em homens autistas, que, geralmente, apresentam dificuldades mais evidentes em habilidades sociais. Além disso, as mulheres autistas demonstram uma menor propensão a comportamentos externalizantes, como hiperatividade, impulsividade e problemas de conduta, frequentemente observados em meninos autistas. Em contrapartida, elas são mais suscetíveis a questões de internalização, incluindo a manifestação de sintomas relacionados a transtornos de ansiedade, depressão e transtornos alimentares, condições que podem ser difíceis de identificar e frequentemente são confundidas com outras condições psiquiátricas. Além disso, as mulheres autistas tendem a pontuar consistentemente mais baixo em medidas relacionadas a comportamentos repetitivos e estereotipados em questionários diagnósticos, um indicador

clássico do TEA. Esses aspectos apontam para a necessidade de uma abordagem diagnóstica mais abrangente e sensível às nuances da apresentação clínica no sexo feminino, a fim de assegurar que o transtorno seja corretamente identificado e tratado de forma eficaz (De Lara et al., 2022).

Dificuldades no Diagnóstico

O estudo conduzido por De Lara, Sanches, Paglia e Da Silva (2022) traçou uma abordagem qualitativa e exploratória, contando com a participação de 23 profissionais da saúde que atuam na área do Transtorno do Espectro Autista (TEA) em clínicas particulares. Os participantes responderam a um questionário aplicado por meio da plataforma Google Forms, no período compreendido entre dezembro de 2021 e abril de 2022.

Os resultados indicaram que a maioria dos profissionais considera o diagnóstico de TEA mais frequente em meninos, o que sugere uma maior dificuldade na identificação do transtorno em meninas ou, até mesmo, na possibilidade de um subdiagnóstico

A pesquisa também revelou que, embora os profissionais não percebam diferenças significativas na manifestação dos sintomas entre meninos e meninas, algumas características ocorrem com maior frequência no público feminino. Destaca-se, entre elas, a capacidade das meninas de mascarar suas manifestações clínicas por meio de estratégias aprendidas, o que pode dificultar a percepção dos sintomas por parte de familiares e profissionais de saúde. Essa dificuldade diagnóstica pode ser atribuída tanto à existência de um fenótipo feminino do TEA, ainda um pouco compreendido, quanto à ausência de instrumentos diagnósticos que contemplem a heterogeneidade da apresentação clínica (De Lara et al., 2022).

O mascaramento dos sintomas frequentemente resulta em diagnósticos tardios ou equivocados, muitas vezes ocorrendo

apenas na idade adulta, quando os pacientes já desenvolveram transtornos secundários, como depressão e ansiedade (De Lara et al., 2022). Esse atraso no diagnóstico pode trazer consequências significativas. Conforme apontado por Teixeira e Harka 2024, o diagnóstico tardio do TEA, especialmente em projetos mais avançados, pode gerar impactos severos, tais como dificuldades na comunicação, comprometimento da socialização, déficits motores e funcionais graves, além de exclusão social e sofrimento psicológico intenso. Além disso, a ausência de suporte adequado durante a infância pode resultar em impactos psicossociais duradouros, comprometendo a qualidade de vida das mulheres autistas

Fatores que Influenciam a Subidentificação e o Diagnóstico Tardio

A subidentificação do Transtorno do Espectro Autista (TEA) em mulheres está associada a múltiplos fatores, incluindo as visões de gênero presentes nos critérios diagnósticos, a falta de conhecimento especializado entre profissionais de saúde e educadores e a ausência de instrumentos de avaliação que contemplem as especificidades femininas do transtorno (De Lara et al., 2022).

Além disso, persiste uma concepção equivocada de que o TEA seja predominantemente masculino, o que reduz a frequência de encaminhamentos de meninas e mulheres para avaliação diagnóstica, comprometendo o acesso ao suporte adequado (Teixeira & Harka, 2024).

Embora o DSM-5 (American Psychiatric Association, 2014) reconheça que os sintomas do TEA podem ser mascarados por mecanismos compensatórios, ele não diferencia a manifestação do transtorno entre os sexos nos critérios diagnósticos e nos especificados. Dessa forma, a ausência de diretrizes específicas

para o diagnóstico em mulheres pode contribuir para a subidentificação e para um diagnóstico tardio.

Diversos fatores reforçam essa lacuna, incluindo a predominância de uma perspectiva masculina na definição dos critérios diagnósticos, a falta de capacitação específica entre profissionais da área da saúde e educação e a inexistência de instrumentos de avaliação adaptados às particularidades da apresentação clínica feminina do TEA (De Lara et.al, 2022). Além disso, a crença equivocada de que o transtorno é predominantemente masculino contribui para a menor taxa de encaminhamento de meninas e mulheres para avaliação, o que pode acarretar impactos negativos ao longo de sua trajetória de vida, incluindo o desenvolvimento de comorbidades psiquiátricas, como ansiedade, depressão e transtornos alimentares (De Lara et.al, 2022).

Considerações Finais

A análise indicou que as mulheres apresentam padrões específicos de TEA, incluindo maior propensão à camuflagem de sintomas, habilidades sociais mais desenvolvidas e menor frequência de comportamentos repetitivos (De Lara et al., 2022). A subidentificação do TEA em mulheres está relacionada a questões de gênero, falhas nos critérios diagnósticos e ausência de instrumentos adequados (Teixeira & Harka, 2024).

Conclui-se que a ausência de ferramentas diagnósticas adaptadas ao fenótipo feminino e a falta de conscientização entre profissionais são desafios urgentes que devem ser abordados para garantir um diagnóstico mais preciso e precoce do TEA em mulheres.

Os achados desta revisão reforçam a existência de desafios significativos no diagnóstico do TEA em mulheres, evidenciando a influência de fatores como camuflagem comportamental e critérios diagnósticos historicamente construídos com base na

manifestação do transtorno em homens. A literatura revisada destaca que o fenótipo feminino do TEA é marcado por uma menor presença de comportamentos externalizantes e maior desenvolvimento de estratégias compensatórias, o que contribui para a subidentificação e o diagnóstico tardio. Além disso, a ausência de instrumentos adaptados às especificidades femininas do TEA dificulta a identificação precoce da condição, comprometendo o acesso a intervenções adequadas.

Outro ponto crucial discutido é a predominância de uma abordagem masculina nos critérios diagnósticos do DSM-5, que não diferencia manifestações entre os sexos, contribuindo para uma menor taxa de diagnóstico em mulheres. Estudos apontam que essa lacuna impacta diretamente a trajetória de vida das mulheres autistas, resultando em diagnósticos tardios e no desenvolvimento de comorbidades psiquiátricas, como ansiedade, depressão e transtornos alimentares.

Diante do exposto, é fundamental que se intensifiquem as pesquisas voltadas para o aprimoramento e a validação de instrumentos diagnósticos mais sensíveis às especificidades do Transtorno do Espectro Autista (TEA) em mulheres, levando em consideração as diferenças de gênero na manifestação clínica do transtorno. A evolução dessas ferramentas deve ser acompanhada de um esforço contínuo na capacitação e sensibilização dos profissionais da saúde, a fim de promover um reconhecimento mais assertivo e precoce do TEA, minimizando as possibilidades de subidentificação e diagnóstico tardio. Além disso, é crucial que sejam adotadas políticas públicas eficazes, que não apenas incentivem a disseminação de informações científicas sobre a diversidade fenotípica do transtorno, mas também assegurem a formação contínua dos profissionais envolvidos no diagnóstico e no acompanhamento de indivíduos com TEA. A promoção de uma maior conscientização, tanto na comunidade médica quanto na sociedade em geral, contribuirá para a criação de um ambiente mais inclusivo e acolhedor, capaz de oferecer suporte adequado e

personalizado a essa população. A implementação dessas estratégias, em conjunto com um esforço para garantir um diagnóstico precoce e preciso, é fundamental para melhorar a qualidade de vida das mulheres com TEA, proporcionando a elas a possibilidade para uma vivência mais autônoma e plena, além de reduzir as barreiras ao acesso promovendo melhor qualidade de vida e suporte adequado para essa população.

Referências

ALVES, ALC; PAULA, JJ de; MIRANDA, DM de; ROMANO SILVA, MA O Quociente do Espectro do Autismo em uma amostra de adultos brasileiros: Análises de dados normativos e desempenho. **Dementia & Neuropsychologia**, v. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198-5764-dn-2021-0081>.

ANUNCIAÇÃO, L.; CITO, L.; PESSOA, L.; SQUIRES, J.; MURPHY, K.; LANDEIRA-FERNANDEZ, J. Lack of voluntary interest and difficulty making eye contact are the most discriminative behaviors of the ASQ:SE **Applied Neuropsychology: Child**. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/21622965.2022>.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION - APA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BALDWIN, S.; COSTLEY, D.; WARREN, A. Employment activities and experiences of adults with high-functioning autism and Asperger's disorder. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, v. 44, n. 10, p. 2440–2449, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10803-014-2112-z>.

BENEVIDES, S. B; SOUZA, E. C. DE; SOARES, A. G. B; FERREIRA, L. F. DE A; MARQUES, L., LOPES, E. R;

ANUNCIACÃO, L. Evidências preliminares de duas novas escalas de autismo: Uma proposta para triagem de sintomas na população adulta e no sexo feminino. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 13, n. 7, e13746465, 2024. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v13i7.46465>.

BOWERS, M. E; REIDER, L. B; MORALES, S; BUZZELL, G. A; MILLER, N; TROLLER-RENFREE, S. V; PINE, D. S; HENDERSON, H. A. & FOX, N. A. Differences in parent and child report on the Screen for Child Anxiety-Related Emotional Disorders (SCARED): Implications for investigations of social anxiety in adolescents. **Journal of Abnormal Child Psychology**, v. 48, n. 4, p. 561–571, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10802-019-00609-3>.

BROWN, C. M.; ATTWOOD, T.; GARNETT, M.; STOKES, M. A. Am I autistic? Utility of the Girls Questionnaire for Autism Spectrum Condition as an autism assessment in adult women. **Autism in Adulthood**, v. 2, n. 3, p. 216–226, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1089/aut.2019.0054>.

BRUGHA, T. S; MCMANUS, S; BANKART, J; SCOTT, F., PURDON, S; SMITH, J; BEBBINGTON, P; JENKINS, R; MELTZER, H. Epidemiology of autism spectrum disorders in adults in the community in England. **Archives of General Psychiatry**, v. 68, n. 5, p. 459, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1001/archgenpsychiatry.2011.38>.

CONSTANTINO, J. N.; GRUBER, C. P. Social Responsiveness Scale, Second Edition (SRS-2). **Western Psychological Services**, 2015.

DE LARA, I. C. A.; SANCHES, C. H.; PAGLIA, B. A. R.; DA SILVA, M. F. P. T. B. **Diferenças na apresentação e diagnóstico de transtorno do espectro autista em meninos e meninas: percepção dos profissionais da saúde**: Differences in presentation and diagnosis of autistic spectrum disorder in boys and girls:

perception of healthcare professionals. *Brazilian Journal of Development*, [S. l.], v. 8, n. 9, p. 63158–63171, 2022. DOI: 10.34117/bjdv8n9-182. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/52282>. Acesso em: 3 fev. 2025.

FRANCO, Maria Laura P. B. **Análise de conteúdo**. 5. ed. São Paulo: Líber Livro, 2018.

FERNÁNDEZ-RÍOS, Luis; BUELA-CASAL, Gualberto. Standards for the preparation and writing of Psychology review articles. **International Journal of Clinical and Health Psychology**, v. 9, p. 329–344. 2009.

HOWLIN, P.; MOSS, P. Adults with autism spectrum disorders. **The Canadian Journal of Psychiatry**, v. 57, n. 5, p. 275–283, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1177/070674371205700502>.

ISAKSSON, J; VAN'T WESTEINDE, A; CAUVET, É; KUJAHALKOLA, R; LUNDIN, K; NEUFELD, J; WILLFORS, C; BÖLTE, S. Social cognition in autism and other neurodevelopmental disorders: A co-twin control study. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, v. 49, n. 7, p. 2838–2848, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10803-019-04001-4>.

LAI, M.-C.; BARON-COHEN, S. Identifying the lost generation of adults with autism spectrum conditions. **The Lancet Psychiatry**, v. 2, n. 11, p. 1013–1027, 2015. DOI: [https://doi.org/10.1016/S2215-0366\(15\)00277-1](https://doi.org/10.1016/S2215-0366(15)00277-1).

LAI, M.-C; LOMBARDO, M. V; AUYEUNG, B; CHAKRABARTI, B; BARON-COHEN, S. Sex/gender differences and autism: Setting the scene for future research. **Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry**, v. 54, n. 1, p. 11–24, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jaac.2014.10.003>.

LAI, M.-C; LOMBARDO, M. V; PASCO, G; RUIGROK, A. N. V; WHEELWRIGHT, S. J; SADEK, S. A; CHAKRABARTI; BARON-

COHEN, S. A behavioral comparison of male and female adults with high functioning autism spectrum conditions. **PLoS ONE**, v. 6, n. 6, e20835, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0020835>.

LAI, M.-C.; LOMBARDO, M. V.; BARON-COHEN, S. **Autism. The Lancet**, v. 383, n. 9920, p. 896–910, 2014. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(13\)61539-1](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(13)61539-1).

LORD, C; ELSABBAGH, M; BAIRD, G; VEENSTRA-VANDERWEELE, J. Autism spectrum disorder. **The Lancet**, v. 392, n. 10146, p. 508–520, 2018. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(18\)31129-2](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(18)31129-2).

LORD, C; RUTTER, M; DILAVORE, P. C; RISI, S; GOTHAM, K; BISHOP, S. L. Autism Diagnostic Observation Schedule: ADOS-2 (2nd ed.). **Western Psychological Services**, 2012.

OTONI PEREIRA MIRANDA, Érica; MARIA PEREIRA FONTES CHAGAS, Lisandra Maria. Camuflagem social e diagnóstico tardio de autismo em mulheres: uma revisão integrativa. **Revista Neurociências**, v. 32, p. 1–19, 2024. DOI: 10.34024/rnc.2024.v32.16553. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/neurociencias/article/view/16553>. Acesso em: 3 fev. 2025.

MEHLING, M. H.; TASSÉ, M. J. Impact of choice on social outcomes of adults with ASD. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, v. 45, n. 6, p. 1588–1602, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10803-014-2312-6>.

NATIONAL AUTISTIC SOCIETY. **Autistic women and girls**. 2024. Disponível em: <https://www.autism.org.uk/advice-and-guidance/what-is-autism/autistic-women-and-girls>. Acesso em: 29 jan. 2025.

OKOYE, C; OBIALO-IBEAUWUCHI, C. M; OBIALO-IBEAUWUCHI, C. N; NDUAGUBA, S. O. Early diagnosis of autism spectrum

disorder: A review and analysis of the risks and benefits. **Cureus**, v. 15, n. 8, e43226, 2023. DOI: <https://doi.org/10.7759/cureus.43226>.

PAGE, M. J. *et al.* The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. **BMJ**, v. 372, n. 71, 2021. Disponível em: <https://www.bmj.com/content/372/bmj.n71>. Acesso em: 29 dez. 2024.

POON, K. K.; SIDHU, D. J. K. Adults with autism spectrum disorders. **Current Opinion in Psychiatry**, v. 30, n. 2, p. 77–84, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1097/YCO.0000000000000306>.

TEIXEIRA, G. T. HARKA, R. V. S. Conhecimento de educadores sobre Transtorno do Espectro Autista em uma escola pública do Paraná. **Revista de Saúde Pública do Paraná**, v. 7, n. 3, p. 1-16, 31 jul. 2024.

RUTHERFORD, M; MCKENZIE, K; JOHNSON, T; CATCHPOLE, C; O'HARE, A; MCCLURE, I; FORSYTH, K; MCCARTNEY, D; MURRAY, A. Gender ratio in a clinical population sample, age of diagnosis and duration of assessment in children and adults with autism spectrum disorder. **Autism**, v. 20, n. 5, p. 628–634, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1177/1362361315617879>.

SCHALOCK, R.; TASSÉ, M. Intellectual disability: Definition, diagnosis, classification, and systems of supports (12th ed.). **American Association on Intellectual and Developmental Disabilities**, 2021.

SILVA, C. C.; ELIAS, L. C. dos S. Instrumentos de avaliação no transtorno do espectro autista: Uma revisão sistemática. **Revista Avaliação Psicológica**, v. 19, n. 2, p. 209–220, 2020. DOI: <https://doi.org/10.15689/ap.2020.1902.09>.

SIZOO, B. B; HORWITZ, E; TEUNISSE, J; KAN, C; VISSERS, C; FORCEVILLE, E; VAN VOORST, A; GEURTS, H. (2015). Predictive validity of self-report questionnaires in the assessment

of autism spectrum disorders in adults. **Autism**, v. 19, n. 7, p. 842–849, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1177/1362361315589866>.

TOLEDO, P. Quociente do Espectro Autismo: Versão em Português. **Instituto de Pesquisas Neuropsiquiátricas**, 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Autism**. 2023. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/autism-spectrum-disorders>. Acesso em: 24 jan. 2025.

ZEIDAN, J; FOMBONNE, E; SCORAH, J; IBRAHIM, A; DURKIN, M. S; SAXENA, S; YUSUF, A; SHIH, A.; ELSABBAGH, M. Global prevalence of autism: A systematic review update. **Autism Research**, v. 15, n. 5, p. 778–790, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1002/aur.2696>.



O livro, organizado pela professora Fátima Elisabeth Denari, propõe um diálogo interseccional entre deficiência, sexualidade e gênero, reconhecendo que a análise integrada dessas dimensões evidencia desafios significativos, bem como potenciais e possibilidades para a promoção do desenvolvimento humano e da autonomia de sujeitos historicamente marginalizados.

